

**Universidade
Federal do
Pampa**

**Trabalho de Conclusão
de Curso**

**O CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI E SUA
CONTRIBUIÇÃO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

**Acadêmica: Charlene Cardozo Garcia
Orientadora Prof^ª. Ms.^ª: Jaina Raqueli Pedersen**

São Borja, 2012.

CHARLENE CARDOZO GARCIA

**O CENTRO DE FORMAÇÃO TEREZA VERZERI E SUA
CONTRIBUIÇÃO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

São Borja

2012

CHARLENE CARDOZO GARCIA

**O CENTRO DE FORMAÇÃO TEREZA VERZERI E SUA
CONTRIBUIÇÃO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

Trabalho Final de Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa, apresentado como
requisito parcial para obtenção de Título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Ms. Jaina Raqueli Pedersen

São Borja

2012

CHARLENE CARDOZO GARCIA

**O CENTRO DE FORMAÇÃO TEREZA VERZERI E SUA
CONTRIBUIÇÃO NA PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**

Trabalho Final de Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal do Pampa, apresentado como
requisito parcial para obtenção de Título de
Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais Aplicadas

Trabalho Final de Graduação defendida e aprovada em: 03/01/2012.

Banca Examinadora

Profª. Ms. Jaina Raqueli Pedersen

Orientadora

(Serviço Social/Graduação) – (UNIPAMPA)

Profº. Ms. Jocenir de Oliveira Silva

(Serviço Social/Graduação) – (UNIPAMPA)

Aos meus pais Paulo e Rosangela, por todo apoio,
motivação e carinho.

Ao meu namorado Roberdan, pelo amor,
compreensão e estímulo.

AGRADECIMENTO

A Deus, por me acompanhar em todos os momentos, mostrando os melhores caminhos e me ajudando a superar os desafios. Sem você não conseguiria vencer essa etapa da minha vida. Obrigada, meu Deus.

À minha mãe Rosângela, meu pai Paulo e meu irmão Guilherme, pelo apoio, auxílio e confiança. Muito obrigada por acreditarem em mim sempre, dando força nos momentos difíceis e vibrando com minhas conquistas. Vocês fazem parte dessa vitória, amo vocês.

Ao meu namorado Roberdan pelo amor, companheirismo e compreensão. Você faz parte de toda essa caminhada, pois esteve presente nos muitos momentos de angústia e insegurança, mas também nos momentos mais felizes, sempre me estimulando a seguir em frente. Muito obrigada meu amor.

À minha prima Jacy, amiga sempre presente, apesar da distância compactuamos com uma amizade muito verdadeira. Muito Obrigada pelas escutas e pelas palavras através de muitos papos via internet. Amo vc.

Às minhas amigas queridas Arícia, Claudia e Janaína pelo companheirismo que tivemos, especialmente no momento de estágio. Juntas dividimos nossas incertezas, nossas potencialidades e nossas alegrias. Obrigada a vocês pela pelos bons momentos, suas presenças foram muito importantes nesta etapa de formação.

Às minhas amigas Caren e Daniéle, com quem dividi quase três anos de convivência, com respeito, companheirismo e amizade. Muito obrigada por tudo.

Ao Centro de Formação Teresa Verzeri, educandos, educadores e toda a equipe que me acolheram com muito carinho. Um agradecimento muito especial a Ir. Sônia e a Carine, pessoas maravilhosas e excelentes profissionais. Realizar o estágio no CFTV me fez acreditar no quanto somos capazes quando gostamos daquilo que fazemos, com amor, dedicação, fé e autonomia.

Aos meus muitos familiares, obrigada a todos que me deram apoio e incentivo. Obrigada a todos os demais amigos, que direta ou indiretamente, incentivaram e torceram por mim.

Um agradecimento muito especial à professora Jaina, pela dedicação, compreensão e pelas excelentes orientações recebidas. Foi muito inspirador ter sido supervisionada por você durante todo o período de estágio e uma alegria imensa ter sido sua orientanda neste Trabalho Final de Graduação. Você é um exemplo de profissional por sua competência e comprometimento, muito obrigada.

Agradeço ao professor Jocenir por ter aceitado participar da banca e pela disponibilidade em fazer a leitura deste trabalho em poucos dias. Muito obrigada por sua valiosa contribuição.

E por fim, o meu muito obrigada a Universidade Federal do Pampa- Unipampa, instituição a qual tenho orgulho de concluir minha formação acadêmica. Obrigada aos professores e técnicos pela

dedicação e competência. Aos colegas e amigos que não foram citados neste trabalho, mas que de alguma forma contribuíram para sua conclusão. **MUITO OBRIGADA A TODOS!**

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários” (IAMAMOTO, 2007, p.17).

RESUMO

O presente Trabalho Final de Graduação- TFG caracteriza-se por um relato de experiência vivenciada pela acadêmica a partir do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social I e II desenvolvido no Centro de Formação Teresa Verzeri- São Borja/ RS, no período de agosto de 2010 a julho de 2011. Tendo em vista que este trabalho aborda o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes, foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir de vários autores e pesquisadores que estudam a temática. O objetivo consiste em apresentar a contribuição do trabalho desenvolvido pelos profissionais do Centro de Formação Teresa Verzeri (CFTV) do município de São Borja na prevenção e enfrentamento da violência. Nesta perspectiva, o presente estudo contextualiza o fenômeno da violência na conjuntura atual da sociedade brasileira, tendo em vista os diversos lugares em que ela se faz presente, sendo resultado das transformações que ocorrem na sociedade. Além disso, problematiza-se a violência como expressão da questão social, dando ênfase para a violência estrutural que permeia a sociedade e também para a violência interpessoal que ocorre no âmbito familiar, evidenciando seus rebatimentos para o público infanto-juvenil. Na sequência, considerando as reflexões desenvolvidas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e também da Política de Assistência Social, faz-se uma contextualização do Centro de Formação Tereza Verzeri, instituição esta que atende crianças e adolescentes, a qual foi desenvolvido o processo de estágio. Com base na vivência do estágio apresenta-se o Projeto de Intervenção intitulado “Fortalecendo os valores de convivência como forma de prevenção às relações de violência entre os educandos da turma Quero-Quero”, que teve por objetivo sensibilizar os educandos sobre a importância e necessidade de enfrentar as atitudes de desrespeito e violência, a fim de criar um ambiente de respeito e solidariedade. No que se refere aos resultados obtidos, destaca-se que o Projeto de Intervenção proporcionou momentos de reflexão e análise de suas vivências, fortalecendo valores entre os educandos e contribuindo assim para com o processo formativo desenvolvido pela instituição.

Palavras Chave: Violência. Criança e Adolescente. Serviço Social.

ABSTRACT

This Final Work-Graduate GFR is characterized by an account of lived experience by the student from the Mandatory Supervised Curriculum in Social Work I and II developed at the Training Centre Verzeri Teresa-San Borja / RS, from August 2010 to July 2011. Given that this paper addresses the phenomenon of violence against children and adolescents, a literature search was performed from various authors and researchers who study the subject. The goal is to present the contribution of the work done by professionals Teresa Verzeri Training Centre (CCTV) in São Borja in preventing and addressing violence. In this perspective, this study contextualizes the phenomenon of violence in the current situation of Brazilian society, in view of the several places where it is present, as a result of the changes occurring in society. In addition, problematizes the violence as an expression of social issues, with emphasis on structural violence that permeates society and also to interpersonal violence that occurs within the family, showing its repercussions for the children and youth. Further, considering the developed reflections on the Status of Children and Adolescents as well as Social Policy, it is a contextualization of the Training Centre Verzeri Tereza, this institution that serves children and adolescents, which was developed process stage. Based on the experience of the stage shows the Intervention Project entitled "Strengthening the values of coexistence as a means of prevention of abusive relationships among students in the class I-I", which aimed to raise awareness among students about the importance and necessity to address the attitudes of disrespect and violence, to create an environment of respect and solidarity. With regard to the results obtained, it is emphasized that the Intervention Project provided moments of reflection and analysis of their experiences, strengthening values among students and thereby contributing to the training process developed by the institution.

Keywords: Violence. Children and Adolescents. Social Service.

LISTA DE SIGLAS

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CFTV – Centro de Formação Teresa Verzeri

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LGBTs– Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

TFG – Trabalho Final de Graduação

SUMÁRIO:

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	14
2.1 As transformações societárias e sua relação com a violência	14
2.2 Os lugares da violência no cenário atual da sociedade brasileira	18
2.3 Violência estrutural e interpessoal: os rebatimentos para o público infanto-juvenil	24
3 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: POSSIBILIDADES DE GARANTIA DE DIREITOS FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	30
3.1 ECA: enfrentamento as mais diversas formas de violência e violação de direitos das crianças e dos adolescentes.....	30
3.2 A Política de Assistência Social e sua materialização no Centro de Formação Teresa Verzeri	34
4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA.....	39
4.1 O trabalho do Centro de Formação Teresa Verzeri	39
4.2 O Serviço Social no Centro de Formação Teresa Verzeri	43
4.3 O processo de estágio em Serviço Social e o desenvolvimento prático do Projeto de Intervenção “Fortalecendo os valores de convivência como forma de prevenção às relações de violência entre os educandos da turma Quero-Quero”.....	47
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	58

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho Final de Graduação- TFG aborda a contribuição do trabalho desenvolvido pelos profissionais do Centro de Formação Teresa Verzeri (CFTV) do município de São Borja na prevenção e enfrentamento da violência. O TFG consiste na sistematização da vivência de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social I e II desenvolvido na instituição anteriormente referida, configurando-se assim em um relato de experiência.

Para além de um relato de experiência o presente trabalho é resultado de pesquisas bibliográficas que contribuíram para um embasamento crítico e reflexivo acerca do fenômeno da violência da sociedade atual, assim como das possibilidades de enfrentamento através de políticas públicas e de direito. Destaca-se que foram revisitados os documentos elaborados e apresentados nas disciplinas de Estágio I e II, a destacar a análise institucional, o projeto de intervenção e o relatório final.

É importante destacar que a análise do fenômeno da violência como expressão da questão social e objeto de trabalho do Assistente Social é de fundamental importância para a formação e exercício profissional, visto que contribuí no sentido de buscar alternativas de enfrentamento de suas diversas expressões, visando à garantia de direitos e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O método utilizado para a construção deste trabalho foi o Método Dialético Crítico, tendo como categorias de análise da realidade a historicidade, a contradição e a totalidade. Deste modo, buscou-se compreender os fatos da realidade não de forma isolada, mas articulada a um contexto maior, onde os fenômenos estão em constante transformação. Destaca-se que a estrutura e a organização do trabalho busca explicitar a opção pelo referido método.

Com relação à estrutura, este trabalho está organizado em três capítulos. Primeiramente, será problematizada a violência como expressão da questão social, tendo em vista a análise das transformações societárias e sua relação com a violência que está presente nos diversos lugares da sociedade atual. Busca-se entender que a violência interpessoal que ocorre no âmbito familiar, pode muitas vezes, ser resultado da violência estrutural que permeia a sociedade enfatizando-se, deste modo, os rebatimentos das várias expressões de violência para o público infante-juvenil.

Em um segundo momento será abordado o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e a Política de Assistência Social tendo em vista a possibilidade dessas Políticas contribuírem no enfrentamento da violência. Será destacado também o Centro de Formação Teresa Verzeri localizado no município de São Borja, considerando que as ações desenvolvidas por esta instituição prevêm a efetivação dos direitos previstos no ECA e a materialização da Proteção Social prevista na Política Pública de Assistência Social.

Posteriormente, apresenta-se a experiência vivenciada pela acadêmica a partir do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social I e II realizado no CFTV, trazendo aspectos importantes acerca do trabalho desenvolvido nesta instituição, visto que se configura em um espaço privilegiado para o exercício profissional dos Assistentes Sociais. Por fim, será abordado o Projeto de Intervenção desenvolvido a partir do Estágio II, assim como a importância deste momento na construção de conhecimento para a formação profissional.

Para finalização desse Trabalho Final de Graduação são apresentadas as considerações finais da acadêmica, onde ressalta-se o conhecimento obtido durante o desenvolvimento dessa etapa do processo de formação profissional em Serviço Social.

2 A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

O presente capítulo pretende realizar inicialmente algumas reflexões acerca do fenômeno da violência na conjuntura atual da sociedade brasileira, analisando-a através das transformações societárias que implicam em impactos no contexto familiar, com ênfase especial nos rebatimentos dessa expressão da questão social para o público infanto-juvenil.

Entende-se que abordar a temática da violência, tendo em vista a complexidade que assume nas relações sociais, exige a compreensão da estrutura desigual da sociedade brasileira imposta pela lógica capitalista. Para tanto, ressalta-se que atualmente vive-se em um mundo de aparências, competições, ostentações, onde tudo gira em torno do dinheiro. Dessa forma, o individualismo assume seu papel categórico na busca por acumulação e a consequente exclusão de parte da população contribui para a (re) produção da violência.

No item 2.2 deste trabalho faz-se uma problematização dos lugares da violência na sociedade atual, enfatizando suas várias expressões e sua banalização nas relações sociais. A partir disso, evidencia-se a necessidade de compreendê-la como uma expressão da questão social que merece especial atenção por desrespeitar a dignidade inerente à pessoa humana e por impedir a realização plena dos direitos fundamentais dos seres humanos.

Sendo assim, tem-se que o desafio desta reflexão consiste em apreender a violência presente no espaço familiar, focando, mais especificamente, a violência praticada contra a criança e o adolescente, tendo em vista as situações peculiares e adversas de vida a que estão sujeitos, decorrentes de processos de fragilização, vulnerabilidade social e da violência estrutural que permeia a sociedade. Nesse sentido, buscam-se estratégias de enfrentamento que contribuam para romper com o ciclo da violência na sociedade, destacando a necessidade de políticas públicas que possibilitem a efetivação da cidadania na realidade brasileira.

2.1 As transformações societárias e sua relação com a violência

Parte-se, neste capítulo, para análise das transformações societárias que vem ocorrendo e sua contribuição para o aumento das desigualdades sociais no país, onde o

processo de globalização¹ exclui pessoas, fragiliza vínculos e implica no incremento da violência² no cotidiano dos sujeitos de todas as classes sociais.

A análise do fenômeno da violência requer uma abordagem das transformações que vem ocorrendo na sociedade tendo em vista um período extremamente marcado pela desresponsabilização do Estado na efetivação de políticas sociais, nos anos 1990, tendo ainda como base o conhecimento de que a sociedade brasileira constituiu-se historicamente desigual, pautada no modelo patriarcal, na dominação de classes e exclusão de parte da população.

Adorno (2002) analisa a exclusão socioeconômica e a violência urbana no Brasil no início do século XXI, através de uma análise histórica de sua constituição enquanto regime monárquico, com exploração do trabalho escravo e sua substituição em 1889 em República Federativa, onde passa a abandonar seu perfil agrário exportador e ingressa na era da industrialização, do trabalho livre e do comércio cada mais internacionalizado.

Tem-se então, que logo após os primeiros anos de República em nosso país ocorre um conjunto de processos sociais, onde se aprofundaram as desigualdades regionais e a concentração de riqueza, apresentando ao longo dos anos uma conjuntura social com avanços e retrocessos. O que se tem hoje no Brasil, portanto, são resultados de processos históricos que se afirmam cada vez mais em desigualdades gritantes e disseminação da violência.

Wieviorka (1997) destaca que a violência, conforme a época histórica passa por mudanças de significados de suas expressões mais concretas, ou seja, mudam suas representações. O autor empreende a ideia de que um novo paradigma da violência esteja relacionado com as transformações recentes que o mundo contemporâneo sofreu a partir das décadas de 1960 e 1970. Com a globalização da economia e o aumento do desemprego, amplia-se de maneira alarmante a violência na sociedade.

[...] Historicamente, a violência foi sempre usada como marca de dominação de uma classe social sobre outra, de um gênero, de uma idade, de um grupo social sobre outro. Mas parece agora que ela se generaliza e se transforma em moeda corrente em nossa sociedade [...] (BASÍLIO; KRAMER, 2006, p.111).

¹ Pode-se dizer que o processo de globalização “[...] é a ocorrência simultânea de três processos: a expansão extraordinária dos fluxos internacionais de bens, serviços e capitais; o acirramento da concorrência nos mercados mundiais; e a maior integração entre os sistemas econômicos nacionais” (GONÇALVES, 1999, p.205).

² “A violência, já o disse, não é evidente por si mesma em todas as suas manifestações, algumas das quais tão sutis e tão bem manejadas que podem passar por condições normais e naturais do viver humano [...]” (ODALIA, 2004, p.85).

Para tanto, torna-se indispensável o entendimento da complexidade que envolve a sociedade brasileira, onde as transformações societárias ocorridas no mundo contemporâneo e, especialmente no mundo do trabalho, deixam parcelas da população desprotegidas de suas necessidades básicas de alimentação, educação, saúde, trabalho, moradia, desrespeitando-os em sua dignidade enquanto cidadãos. Com isso, observa-se que o sistema capitalista e, por sua vez, o processo de globalização faz com que haja um número cada vez maior de ‘excluídos’, aumentando gradativamente o número de pessoas vulneráveis a vários tipos de violência.

Nesse contexto, não se pode deixar de falar do processo de reestruturação produtiva que caracteriza o conjunto das mudanças societárias no Brasil a partir dos anos 1970, tendo em vista que essas mudanças incidem na acumulação flexível e no neoliberalismo, que por sua vez provocam o desemprego estrutural, a exploração dos trabalhadores e o baixo padrão de qualidade de vida para a população, que por sua vez, causa desagregação familiar e aumento da violência na sociedade (SALAZAR, S.d).

Para Alencar (2010), a década de 1990 no Brasil é marcada por profundas alterações sociais, econômicas e relevantes mudanças no mercado de trabalho, o que configura um quadro social com crescente empobrecimento das famílias. A autora sinaliza este cenário destacando a falta de empregos e a desproteção social dos trabalhadores que faz com que tenham “[...] o seu cotidiano, permeado, muitas vezes, de situações em que predomina a violência no seu modo de vida” (ALENCAR, 2010, p.76).

É importante ressaltar que a pobreza das famílias não se constitui como fator determinante para ocorrência da violência, mas se pode apreendê-la como fator preponderante para o aumento da violência neste contexto em que as mesmas estão fragilizadas. Para tanto, considera-se que as formas sutis e mascaradas de violência também aparecem nas classes mais favorecidas da população, incrementando a violência no cotidiano dos sujeitos e contribuindo para que se instaure uma cultura de violência.

Abramovay (2010) ao tratar da cultura da violência existente em nossa sociedade nos remete a pensar em atos de violência aos quais estamos diariamente expostos e de certa forma tão conformados com suas manifestações de roubos, torturas e com a criminalidade de um modo geral, que por vezes não causam nem mesmo nossa indignação diante dos fatos.

A banalização e naturalização do ato violento são características da cultura da violência. Essa cultura é alimentada pelo individualismo, consumismo e competição exacerbada. Tanto a banalização da violência como a inexistência de uma discussão

mais profunda sobre seus fundamentos socioeconômicos e culturais levam a distorções e inversões de papéis, bem como à proposição de estratégias de combate à violência que atuam sobre suas consequências e não sobre suas causas (ABRAMOVAY, 2010, p.45).

Deste modo, entende-se que o sistema capitalista empreende nos indivíduos uma busca incessante por lucro, onde tudo gira em torno do dinheiro, do poder e da ostentação de classe. Tendo como perspectiva a lógica capitalista engendrada na sociedade, o individualismo presente nas relações sociais faz com que aqueles que detêm o poder e as rendas mais elevadas, muitas vezes, submetam parcela significativa da população a processos de exploração ou ainda completamente desassistida de políticas sociais que possibilitem a inclusão destes sujeitos na vida social.

Para Schilling (2000, p.59-65), se tem “a construção do isolamento numa sociedade de exclusão social e determinada pela capacidade individual de consumo como única via de acesso à cidadania”. Nesse sentido, os sujeitos são responsabilizados por não terem emprego, estudo, moradia em boas condições, ocorrendo um descaso da sociedade que se acostuma com os níveis de desigualdades e do Estado na garantia de acesso aos direitos que conformam a dignidade dos cidadãos. Bittar (2008), diz que a sociedade contemporânea demonstra recuo no plano dos direitos humanos,

[...] o Estado de Direito incapacitado de agir eficazmente na condução de políticas consistentes para atacar as causas das crescentes estatísticas de violência, a vida social se torna um verdadeiro jogo de trocas de culpas, em que sociedade civil e Estado saem ambos perdendo [...] (BITTAR, 2008, p.216).

Percebe-se a necessidade de ampliar o olhar sobre a violência e apreendê-la em seu sentido mais amplo, constituída a partir de uma sociedade com profundas desigualdades sociais, que muitas vezes não oferece a proteção necessária aos cidadãos, implicando na consequente deterioração das relações sociais e aumento das manifestações de violência em diversos lugares da sociedade.

Em síntese, analisar a violência implica considerar toda a sociedade, o contexto das relações sociais, a história das relações de dominação e de exploração, evitando-se, dessa forma, um olhar reducionista, preconceituoso ou isolado de uma situação específica. Tendo em vista a complexidade da violência e suas múltiplas formas, pode-se deduzir que suas causas são múltiplas, englobando aspectos de ordem

econômica, política, social, moral, cultural. Assim sendo, é impraticável simplificar a interpretação deste fenômeno [...] (FRAGA, 2009, p.157).

Tendo em vista que o fenômeno da violência se faz presente no contexto social e nas relações sociais como um todo, manifestando-se desde formas mais sutis até expressões mais severas e aterrorizantes, sendo resultado de transformações que ocorreram na sociedade em um processo que excluiu e exclui diariamente milhares de pessoas de seus direitos elementares, parte-se para o entendimento dos diversos lugares em que a violência se faz presente na sociedade atual.

2.2 Os lugares da violência no cenário atual da sociedade brasileira

Ao realizar uma reflexão acerca da violência na sociedade atual faz-se necessário compreendê-la a partir da complexidade que envolve o tema, pois este fenômeno está presente em todas as esferas da vida social e não pode ser entendido de forma isolada, nem mesmo desconsiderando as mudanças e transformações ocorridas nos diversos âmbitos da vida em sociedade.

A violência constitui-se como uma temática amplamente debatida na atualidade, seja pela mídia que mostra diariamente suas expressões e consequências na vida das pessoas ou por estudos e pesquisas que tentam conceituá-la e entendê-la a partir de suas várias dimensões. Pode-se dizer também que a violência é tema comum em conversas entre amigos, colegas e vizinhos que se chocam e horrorizam diante do medo que ela ocasiona.

A violência é um fenômeno que se desenvolve e dissemina nas relações sociais e interpessoais, implicando sempre uma relação de poder que não faz parte da natureza humana, mas que é da ordem da cultura e perpassa todas as camadas sociais de uma forma tão profunda que, para o senso comum, passa a ser concebida e aceita como natural a existência de um mais forte dominando um mais fraco [...] (FERREIRA, 2002, p.19).

Fraga (2010) destaca que o fenômeno da violência constitui-se por determinações variadas, não podendo ser entendido de forma generalizada sem considerar os fatores

estruturais e a realidade macro. Deste modo, o fenômeno da violência pode ser contextualizado através da compreensão das diversas motivações que levam os indivíduos a praticarem atos violentos, aliadas ao entendimento de suas diferentes manifestações na sociedade, onde se revelam por meio de assaltos, crimes e torturas que ocorrem em vários espaços da vida social.

São muitos os conceitos e definições acerca da palavra violência, mas entende-se fundamentalmente que a violência, em suas diversas formas de expressão, constitui-se como um profundo desrespeito aos direitos humanos³. Dessa forma, necessita com urgência ser percebida enquanto expressão da questão social⁴, especialmente enquanto expressão da desigualdade, que deixa marcas profundas por onde perpassa, quando não extermina com vidas e sonhos.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos aprovada pela Organização das Nações Unidas- ONU no ano de 1948, diz que “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal”, devendo “agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (Arts. I e III). Reflete-se que mesmo após sessenta anos desta declaração se tem em nossa sociedade expressões diversas de violência que ferem a dignidade das pessoas e impedem a realização plena dos direitos fundamentais dos seres humanos.

Pode-se dizer que no contexto atual da sociedade brasileira se tem uma generalização do fenômeno da violência, isso se deve ao fato de sua constante incidência em diversos locais, vitimando e vitimizando diariamente indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades de forma isolada ou coletiva. Daí a necessidade de tratar desta questão evitando sustentar uma conduta reducionista em relação a suas diversas manifestações, refletindo realmente sobre soluções eficientes para dar conta da abrangência e agravamento⁵ que vem tendo na sociedade.

A seguir, sinaliza-se que a violência se faz presente na família, nas ruas, na escola, nas favelas, no esporte, no trabalho, na política, no trânsito e deste modo causa medo, terror e

³ Os direitos humanos são os direitos fundamentais da pessoa humana e correspondem as necessidades essenciais que a pessoa necessita para existir, se desenvolver e participar plenamente da vida. Trata-se de necessidades que são iguais para todos os seres humanos, como: alimentação, saúde, moradia, educação etc (DALLARI, 2004, p.13).

⁴ “[...] Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura [...] e que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem [...]” (IAMAMOTO, 2007, p. 27-28).

⁵ Pesquisas comprovam esse aumento da violência tendo como base o índice de homicídios e crimes violentos ocorridos no Brasil “Em 2006, a taxa de homicídios no Brasil é 26,3 por 100 mil habitantes [...]”. No que diz respeito à violência e criminalidade no Estado do Rio Grande do Sul: “Em 2006, a taxa geral de homicídios no estado do Rio Grande do Sul foi de 17,98/100 mil habitantes, o que representa um aumento de 14,09% em relação a 2000 (Dados obtidos do 4º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil, 2010).

insegurança nos sujeitos das mais variadas classes sociais. Pode-se dizer que tem um cenário generalizado de práticas violentas na sociedade, onde se vivencia a chamada violência social que “[...] permeia as relações, as instituições, o nosso modo e possibilidade de viver, dados pela mídia, pelo sucesso, pelo consumo, pela necessidade de sermos vistos, ouvidos [...]” (SCHILLING, 2000, p.59-65).

As agressões (homicídios) representaram parcela significativa das mortes entre os jovens e adultos jovens. Para o conjunto de óbitos de homens de 15 a 19 anos de idade, os homicídios foram causas de 57,4% das mortes. Entre os adultos jovens de 20 a 29 anos, do mesmo sexo, a proporção atingiu 53,8%, no ano de 2008. Para as mulheres dos grupos etários abordados, a principal causa externa foi o acidente de trânsito, sendo observados, respectivamente, 41,8% e 40,0 % das mortes por causas externas neste segmento da população. Os homicídios foram causas de 1/3 das mortes de mulheres da faixa etária de 20 a 29 anos [...] (IBGE, 2010, p. 285).

Os dados mencionados acima, obtidos da síntese de indicadores sociais do Brasil no ano de 2010, evidenciam que parte significativa das mortes de jovens e adultos resulta de ações violentas. São elementos que ajudam a compreender sua abrangência e demonstram claramente a banalização da violência na sociedade atual.

Na tentativa de entender as manifestações de violência em diversos espaços da vida social recorre-se ao fato de que suas causas estão implicadas nas ações dos sujeitos, pois, muitas vezes, suas ações se contrapõem ao diálogo, a tolerância, a socialização e ao equilíbrio de suas atitudes. Com isso, a violência está presente em diversas instituições, que não são partes isoladas da sociedade e, portanto expressam a realidade de violência imperante no contexto maior onde os indivíduos estabelecem suas relações sociais.

Santos (2010) analisa as potencialidades da escola como um espaço fundamental de propagação de uma cultura de não violência, defendendo sua importância como local de conhecimento e descobertas. No entanto, por entender que a escola faz parte do contexto mais amplo da sociedade, por vezes também é vista como lugar de violência. Professores e alunos estão à mercê de inúmeras manifestações de violência em um local que deveria ter como base a formação de cidadãos. A autora aborda algumas situações que expressam a violência nesse espaço.

As escolas vivenciam situações peculiares em relação à violência. Algumas com vivências de situações violentas que poderíamos chamar de extremas e com

diferentes manifestações. Ameaças e agressões de alunos contra professores, violências sexuais entre alunos e alunas, uso de armas, consumo de drogas, roubos, furtos e assaltos, violência contra o patrimônio, invadiram o espaço da escola (SANTOS, 2010, p.23).

De modo geral, a violência atualmente expressa o modo mais prático utilizado pelos indivíduos para resolver seus conflitos. Exemplos dessas situações são constantes em brigas na rua, no esporte ou no trânsito, onde parte-se logo para xingamentos e agressões físicas que levam em alguns casos a consequências graves e inalteráveis para a vida dos sujeitos. Essa violência cotidiana em nossa sociedade expressa também o individualismo estabelecido nas relações, a importância dada ao possuir e ao acumular, a coisificação dos sujeitos e as relações de interesse onde o ‘ter’ adquire mais importância do que o ‘ser’.

Rocha (2007) destaca que as mudanças institucionais na sociedade contemporânea caracterizada pela crise no âmbito da família, da escola e da sociedade, provocam uma fragilização nos laços sociais e nos espaços públicos, configurando uma realidade onde o individualismo exacerbado dita as regras de convivência social. “O consumo é condicionante do existir socialmente, dando-se mais valor para o que se tem do que para o que se é. Ou pior, só se é a partir do que se tem” (ROCHA, 2007, p.28).

Odalía (2004) problematiza a violência no mundo de hoje destacando o isolamento⁶ familiar que ela provoca, pois, para as pessoas que residem nos bairros sofisticados as casas tornam-se um lugar de refúgio, defesa e proteção. Aponta, dessa forma, a diferença gritante com outros locais da sociedade onde se faz presente a promiscuidade e o conformismo diante da violência que permeia as relações entre os homens, afirmando que:

No outro extremo, nos bairros em que abundam os pardieiros e favelas, a violência não pode ser escorraçada e evitada com cercas e muros. Ela é uma realidade com a qual se convive, uma realidade cuja proximidade e intimidade auxiliam esquecê-la. Ela é enfrentada como uma das tantas calamidades que se enfrentam no cotidiano. Sobreviver aí é sofrer e produzir violência [...] (ODALIA, 2004, p.12).

⁶ A música “Minha Alma- A Paz Que Eu Não Quero” evidencia uma realidade na sociedade brasileira na qual as pessoas convivem com situações absurdas de violência e acabam fechando-se em seus condomínios para se privar de situações de risco. “As grades do condomínio são prá trazer proteção, mas também trazem a dúvida se é você que tá nessa prisão”. Nesse sentido, faz uma crítica a essa aceitação da violência na sociedade na qual as pessoas precisam lutar pela paz e não aceitar essa paz que traz dúvidas e privações, pois, de acordo com a música, “paz sem voz não é paz é medo” (Música da banda O Rappa- composição de Marcelo Yuka).

Aqueles que possuem as melhores condições econômicas buscam maneiras de se proteger, enquanto a maior parte da população fica à mercê de riscos e exclusões. Assim, ambos aprendem a conviver com a violência e vê-la como natural. No entanto, isso não significa dizer que as pessoas não visionam outra forma de viver nesta realidade, pois se sabe que isso não depende delas inicialmente, ou seja, necessita-se de investimento através de políticas públicas que contemplem oportunidades de trabalho, melhores condições de moradia, acesso a educação e uma série de outros fatores fundamentais para transformação desta realidade.

Diante disso, não se pode deixar de falar da violência presente na mídia⁷, em jogos eletrônicos, na internet e na música, espaços que muitas vezes corroboram para a banalização da violência, pois estimulam condutas de crianças, jovens e adultos, influenciando notadamente no seu comportamento e atitudes. Alves (2004) trata da espetacularização e estatização da violência, como sendo bastante potencializada nos jogos eletrônicos e com fatos de alto grau de violência sendo transformados diariamente em grandes espetáculos pela mídia, que por sua vez, não tem a preocupação de evidenciar e denunciar as diversas situações de violência ocorridas na sociedade, mas criar estratégias, muitas vezes, para garantir maior ibope.

Para serem aceitos em diferentes grupos, muitos jovens⁸, utilizam-se de comportamentos transgressores e as pessoas de um modo geral se tornam indiferentes diante de tantos atos violentos mostrados pela mídia, tem-se no mundo contemporâneo a violência como forma de sinalizar uma necessidade e até mesmo como uma linguagem utilizada para expressar a resistência perante as dificuldades encontradas na desigual sociedade capitalista (ALVES, 2004, p.189). Essa necessidade de praticar o ato violento pode se dar por diferentes fatores, sejam eles afetivos, econômicos, sociais, políticos ou simplesmente pela questão de ‘pertencer’ e de ‘ser visto’.

Também chamam a atenção os recentes atos de violência praticados contra homossexuais no Brasil, pois se sabe que a não aceitação das diferenças e a intolerância entre as pessoas contribuem significativamente para o aumento da violência na sociedade. Vale

⁷ A mídia transmite imagens ao vivo em tempo real (não só na televisão aberta, mas na televisão a cabo, e na internet) e tem o poder de conectar-se à sociedade global e acirrar as desigualdades sociais através das diferentes formas de exclusão nos planos culturais, econômicos e sociais. Podemos até chegar a dizer que vivemos em uma sociedade midiocrática, uma ditadura da mídia que impõe desde padrões de consumo até padrões estéticos, presentes também nos produtos destinados ao público infantil [...] (GROSSI; SANTOS, 2007, p.10).

⁸ “[...] Porém, cabe ressaltar que a problemática da violência não está no jovem, mas no contexto social a que está inserido, caracterizado por profundas desigualdades sociais, pela crise de valores morais, pelo individualismo exacerbado e pela fragilidade do Estado na garantia da segurança pública” (ROCHA, 2007, p.41).

ressaltar que a violência perpetrada contra o público homossexual compromete a garantia de direitos da população LGBT⁹ e a promoção da cidadania, sendo urgente a implementação de políticas públicas voltadas a este segmento, que por sua vez, contemplem ações de combate a homofobia.

É necessário lutar pela igualdade na diferença¹⁰ a partir da compreensão de que se vive em um país heterogêneo, com uma gama de raças, religiões e uma série de características que diferenciam as pessoas, expressas inclusive pela desigualdade de renda que faz com que haja um distanciamento entre os indivíduos nesta sociedade. Porém, apesar das peculiaridades físicas e pessoais que particularizam cada indivíduo, continuam todos iguais como seres humanos, logo detentores de direitos humanos.

Nesse sentido, a violência como expressão da questão social, tem de ser analisada a partir de seu contexto histórico, reconhecendo as influências do social, do político, do econômico e do cultural, que também sofrem alterações durante o processo histórico. Só assim é possível buscar estratégias para o seu enfrentamento na perspectiva de minimizar os impactos de sua ocorrência na vida dos sujeitos.

Tendo em vista os diversos lugares que a violência se faz presente na sociedade atual, assim como, sua naturalização e constante incidência nas relações sociais, busca-se na sequência, entender que a violência interpessoal que ocorre no âmbito familiar, pode muitas vezes, ser resultado da violência estrutural que permeia a sociedade e afeta de maneira preocupante crianças e adolescentes em nosso país.

O próximo capítulo trará elementos que possam auxiliar na compreensão da problemática da violência a partir da perspectiva de que os fenômenos não podem ser vistos de forma isolada. Deste modo, tem-se que todas as dificuldades enfrentadas pelas famílias que (re) produzem a violência, causando impactos inclusive para as crianças e os adolescentes que se encontram em fase de desenvolvimento pessoal e social, precisam ser analisadas a partir da apreensão do conjunto de fatores, que imbricados uns nos outros, constituem a dinâmica da vida social.

⁹ O Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2009) representa um avanço no sentido de constituir-se em um Plano de Ação da Gestão Pública que se apresenta como uma recente alternativa na busca por uma mudança de paradigma de direitos à população LGBT. Afinal, “um Estado democrático de direito não pode aceitar práticas sociais e institucionais que criminalizam, estigmatizam e marginalizam as pessoas por motivo de sexo, orientação sexual e/ou identidade de gênero” (SEDH, 2009, p.11).

¹⁰ “Devemos lutar pela igualdade sempre que a diferença nos inferioriza, mas, devemos lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza” (Boaventura de Sousa Santos).

2.3 Violência estrutural e interpessoal: os rebatimentos para o público infanto-juvenil

Como evidenciado anteriormente, a violência está presente nos mais diversos âmbitos da vida em sociedade. Neste item será problematizada a violência no âmbito familiar¹¹, dando ênfase à violência praticada contra a criança e o adolescente, cabendo antes ressaltar que o fenômeno da violência pode ser percebido tanto nas relações interpessoais, como nas relações sociais mais amplas.

Pode-se dizer de um modo geral, que toda a sociedade é vítima da violência estrutural¹² e que ela é desencadeada pelas desigualdades geradas pelo sistema capitalista. Essa violência atinge a vida social e se expressa através da competitividade suscitada nas relações sociais onde cada mais vez mais se tem o individualismo, a ostentação de classe e a busca pelo poder.

[...] A violência estrutural é a violência inerente à forma de organização socioeconômica e política de determinada sociedade, que deve ser entendida a partir de condições históricas e sociais concretas. Na atualidade, a violência estrutural abarca os fenômenos da exclusão social, da globalização e das imposições das leis do mercado [...] (NEGRÃO; PRÁ, 2005, p.19).

Deste modo, as manifestações de violência presentes no contexto familiar, seja a praticada contra a mulher, contra o idoso, contra crianças e adolescentes ou mesmo a violência conjugal precisam ser compreendidas a partir das consequências da violência estrutural existente na sociedade. Isso significa que não se devem analisar de forma isolada tais fenômenos, mas considerá-los em uma perspectiva de totalidade, caracterizando os determinantes externos, históricos e culturais.

¹¹ O âmbito familiar deve ser analisado como um espaço possível de mudanças, tendo como perspectiva a superação da violência nesse contexto. É nas famílias que ocorrem as relações sociais nas quais valores e padrões de comportamento são transmitidos, é também onde surgem novas ideias e novos hábitos, constituindo-se em espaços em que a violência pode ser eliminada. Nesse sentido, o contexto familiar tem de ser visto a partir da perspectiva de ser um espaço que possibilita aos seus membros lutar por seus direitos, questionar a ideologia dominante e, deste modo, sendo a possibilidade de buscar uma lenta e gradativa transformação na sociedade (AZEVEDO; GUERRA, 2009, p.85).

¹² Violência estrutural – diz respeito às mais diferentes formas de manutenção das extremas desigualdades sociais, culturais, de gênero, etárias e étnicas que produzem a miséria, a fome, e as várias formas de submissão e exploração de umas pessoas pelas outras. A mais cruel é a violência que mantém a miséria no país (BARBOSA, 2008, p.26).

Tendo em vista esses aspectos importantes que contribuem para a construção de um entendimento mais abrangente acerca da violência cotidiana presente na sociedade capitalista, entende-se o cuidado que se deve ter ao generalizar situações e culpabilizar os sujeitos por seus fracassos e atitudes violentas, sem mesmo considerar, por exemplo, que estes podem ser vítimas de um contexto que se caracteriza pelo desemprego estrutural e a pobreza- fenômenos imperantes na vida social.

Diante do exposto acerca da violência estrutural presente na sociedade, direciona-se a discussão para a violência interpessoal que ocorre no âmbito familiar, enfatizando a questão da violência contra a criança e o adolescente como tema de grande relevância e amplitude no cenário atual. Considera-se, para tanto, que a violência interpessoal ocorre nas relações entre as pessoas, sejam elas intra ou extrafamiliares.

Pedersen (2010) aborda a violência intrafamiliar destacando toda estrutura desigual da sociedade brasileira:

No contexto familiar, a violência não é uma questão nova, ela atravessa os tempos e se constitui em uma relação historicamente construída a partir das relações de poder, gênero, etnia e de classe social. Em outras palavras, a violência intrafamiliar é uma expressão extrema de distribuição desigual de poder entre homens e mulheres, de distribuição desigual de renda, de discriminação, de raça e de religião (PEDERSEN, 2010, p.45).

Ressalta-se ainda que a “[...] violência intrafamiliar, ou violência familiar, é a violência exercida entre membros de uma mesma família. A violência familiar tem sido associada à violência doméstica, que ocorre no espaço doméstico [...]” (NEGRÃO; PRÁ, 2005, p.20). Sabe-se que a violência que ocorre no espaço doméstico pode ser causada por pessoas próximas, empregados e não necessariamente por familiares.

A violência familiar pode dar-se de forma passiva ou ativa como violência contra crianças e adolescentes, como violência contra a mulher, como violência conjugal cruzada e como violência contra o/a idoso/a. As categorias classicamente estudadas de violência familiar contra crianças e adolescentes são a violência física, a violência emocional, a negligência e o abuso sexual (NEGRÃO; PRÁ, 2005, p.20).

Para melhor compreender as manifestações de violência no espaço familiar contra crianças e adolescentes parte-se do entendimento de que eles também estão vulneráveis as

diversas expressões da questão social presentes na sociedade e apenas recentemente, com os avanços legais, esses indivíduos passam a ser vistos como sujeitos de direitos.

Tendo em vista os tipos mais frequentes de violência intrafamiliar enfrentados pelo público infanto-juvenil, discorre-se brevemente acerca da violência física, sexual, psicológica e a negligência. Na sequência desta explanação, tendo em vista que tais manifestações são rebatimentos, muitas vezes, da violência mais ampla presente na sociedade, será apresentada a legislação que prevê a proteção integral deste público e o quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069/90, precisa ser reconhecido enquanto política de enfrentamento as mais diversas formas de violações dos direitos infanto-juvenis.

Tem-se que a violência física, de acordo com Ferreira (2002, p. 34), “são atos de agressão praticados pelos pais e/ou responsáveis que podem ir de uma palmada até ao espancamento ou outros atos cruéis que podem ou não deixar marcas físicas evidentes [...].” Para Guerra (2008, p.43) se percebe uma relação sujeito-objeto nas famílias nas quais existe violência física contra os filhos, onde pode haver uma idealização da criança ou do adolescente, sendo que estes devem satisfazer as necessidades dos pais e aprender que são responsáveis por determinadas situações, ou seja, são culpabilizados por estes quadros de violência.

Quanto ao abuso sexual¹³, Pedersen (2010, p.54) diz que “[...] pode-se evidenciar que todas as formas de violência sexual contra crianças e adolescentes são abusivas, representando uma série de agravos para a saúde física, sexual e psicológica desses sujeitos [...]. Deve-se considerar que a vítima dessa violência, consentindo ou não tal prática, não possui maturidade suficiente para participar destes atos.

Entende-se abuso sexual como toda exposição de uma criança à estimulação sexual e todo e qualquer ato perpetrado por determinado sujeito que, valendo-se de uma posição de maior poder sobre outrem, impõe práticas sexuais que incluem a sedução, o assédio, o toque, o voyeurismo e o exibicionismo, a exposição à pornografia, o intercurso oral, anal, o estupro e a exploração sexual comercial, com ou sem a utilização de força física a fim de obter prazer e estimulação sexual (NEGRÃO; PRÁ, 2005, p.20).

¹³ O abuso sexual constitui-se em fenômeno que perpassa todas as sociedades e culturas, e desde os primórdios da convivência humana vem ocupando espaços cada vez mais amplos na sociedade e compondo o crítico cenário da violência em nosso país, especialmente quando se considera que crianças são abusadas sexualmente por parentes próximos como o pai, irmão, padrasto, etc (BARBOSA, 2008, p.28).

A violência psicológica, não menos importante que as demais, também pode representar muito sofrimento para a criança e o adolescente. Ferreira (2002, p. 35) caracteriza a violência psicológica por sua condição de invisibilidade que se manifesta “[...] por humilhações, ameaças, impedimentos, ridicularizações, que minam a sua auto-estima, fazendo com que acredite ser inferior aos demais [...]”.

Para a mesma autora referida acima, a negligência “pode se manifestar pela ausência dos cuidados físicos, emocionais e sociais, em função da condição de desassistência de que a família é vítima” (FERREIRA, 2002, p.35). Destaca-se que a negligência pode também partir de um desleixo dos pais ou responsáveis em relação a seus filhos, podendo ser definida como omissão em termos de cuidados básicos ou ainda por abandono.

Diante das reflexões desenvolvidas até aqui, ressalta-se que só é possível desvendar a ocorrência de algum tipo de violência intrafamiliar a partir do conhecimento das relações estabelecidas entre os membros da família e dos vínculos que existem ou não entre eles. Entende-se que a ocorrência de qualquer forma de violência dentro do contexto familiar e, especialmente quando a criança e/ ou adolescente possa ser vítima, sem dúvida prejudica sua vivência em outras esferas da vida social, como na escola ou na rua, por exemplo, onde o sujeito pode reproduzir o que vivencia em sua casa.

Não se trata de uma culpabilização da família neste contexto de violência, sem mesmo entender os motivos pelos quais ela violenta seus respectivos filhos, desconsiderando que talvez eles já tenham passado por situações semelhantes enquanto filhos abusados ou explorados e que talvez as condições a que estão vulneráveis possibilitem essas situações. De acordo com Pedersen (2009) a violência pode gestar-se em um processo de fragilização social.

Dessa forma, entende-se que a vulnerabilidade social pode ser um fator determinante para o desencadeamento da agressão física e/ ou sexual de crianças e adolescentes, haja vista que as consequências trazidas pelas desigualdades sociais geradas pelo mundo capitalista contribuem também para a precarização e deterioração de suas relações afetivas e parentais (PEDERSEN, 2009, p.26).

Reitera-se ainda que a vulnerabilidade social¹⁴ possa ser um fator determinante não somente para o surgimento das duas situações de violência citadas pela autora, mas inclusive

¹⁴ Rocha (2007) destaca a vulnerabilidade social como um conjunto de características, fragilidades, recursos e habilidades inerentes aos indivíduos ou grupos, atravessado pelas múltiplas transformações societárias que

para outras tantas formas de violência presentes em nossa sociedade. Deste modo, parte-se para o entendimento da violência intrafamiliar como uma das mais variadas expressões da questão social que afetam os sujeitos e favorecem a fragilização dos vínculos familiares, prejudicando inúmeras crianças e adolescentes.

Percebe-se o quanto a violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente se reveste por várias características, podendo muitas vezes se ocultar nos contextos familiares e parecer invisível para a sociedade. Deste modo, necessita-se olhar para os diversos espaços familiares presentes na vida social e percebê-los através de suas contradições, sendo também um contexto de risco, com presença de abandono, exploração e violência.

Sendo assim, a violência contra a criança e o adolescente praticada na família precisa ser compreendida a partir de uma perspectiva histórica, tendo em vista a reprodução da violência transmitida através de diferentes épocas e culturas, e especialmente a partir de uma perspectiva política, com ênfase a programas de prevenção da violência neste contexto, reconfigurando o papel da família como responsável pelo amparo, socialização, subsistência e deste modo, seja transformada em um espaço que garanta a proteção a seus filhos.

Alencar (2010, p.63) destaca que no atual contexto da sociedade brasileira a família tem o papel central no provimento das necessidades de seus membros. “[...] Na ausência de direitos sociais, é na família que os indivíduos tendem a buscar recursos para lidar com as circunstâncias adversas [...]”. Para o autor:

[...] a família deve se tornar referência central nos programas sociais, ganhar um lugar de maior visibilidade política, tornando-se alvo de políticas que realmente levem e consideração as novas configurações da questão social no país (ALENCAR, 2010, p. 64).

Com isso, tem-se um contexto social onde muitas vezes não são oferecidos mecanismos de proteção social às famílias, verificando-se deste modo, a necessidade de uma maior responsabilização do poder público com a reprodução social e construção de políticas públicas efetivas, com vistas na redução das expressões de violência e violações de direitos. Deste modo, necessita-se de políticas mais abrangentes que possibilitem o empoderamento das famílias e o acesso a alimentação, saúde, educação de qualidade e moradia em boas

geram processos de desigualdade, dificultando a mobilidade social, o acesso a oportunidades, ameaçando ou violando direitos.

condições, conformando um conjunto de fatores essenciais para construção da cidadania efetiva na realidade brasileira.

A seguir será abordado o Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA e a Política de Assistência Social tendo em vista a possibilidade dessas Políticas de direito no enfrentamento da violência, especialmente a violência praticada contra a criança e o adolescente. Será destacado também o Centro de Formação Teresa Verzeri- São Borja considerando que as ações desenvolvidas por esta instituição prevêm a materialização da Proteção Social prevista na Política Pública de Assistência Social.

3 O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: POSSIBILIDADES DE GARANTIA DE DIREITOS FRENTE ÀS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Discutiu-se, no capítulo anterior, os vários contextos nos quais a violência pode se desenvolver, tendo em vista que a abordagem do fenômeno da violência precisa ser realizada a partir da compreensão de que suas múltiplas expressões e disseminação alarmante na sociedade atual estão atreladas às transformações que ocorrem na sociedade.

A problematização da violência no âmbito familiar, com ênfase na violência praticada contra a criança e o adolescente, realizada no item 2.3 deste trabalho, evidencia a necessidade de pensar no enfrentamento dessas questões que rebatem diretamente no público infanto-juvenil e em possibilidades de romper com o ciclo da violência na sociedade.

Nesse sentido, este capítulo objetiva mostrar os avanços legais no que diz respeito ao enfrentamento da violência, representados principalmente pelo Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA e pela Política de Assistência Social, enfatizando especialmente a possibilidade destas políticas constituírem-se enquanto instrumentos importantes para garantia de direitos, logo analisa-se sua materialização no Centro de Formação Teresa Verzeri- São Borja.

Diante do desafio de enfrentar a questão social, neste caso em específico as diferentes expressões de violência, faz-se necessário contextualizar o Centro de Formação Teresa Verzeri tendo em vista que a instituição realiza um trabalho importante no enfrentamento das expressões da questão social que se apresentam neste contexto, onde procura despertar no público infanto-juvenil as potencialidades dos valores humanos, a efetivação da cidadania, tendo em vista a construção de uma sociedade com mais justiça social.

3.1 ECA: enfrentamento as mais diversas formas de violência e violação de direitos das crianças e dos adolescentes

Destaca-se que atualmente a violência assume níveis alarmantes e se vivencia diariamente a violação dos direitos mais elementares da criança e do adolescente. Para tanto,

tem-se que a população infanto-juvenil está em seu cotidiano, sujeita a inúmeras situações de violência¹⁵, especialmente a praticada por seus pais ou responsáveis, a denominada violência intrafamiliar.

Nesse sentido, este item trará as possibilidades contidas no Estatuto da Criança do Adolescente- ECA¹⁶, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, no enfrentamento as mais diversas formas de violência praticadas contra o público infanto-juvenil, considerando a efetivação das prioridades e dos direitos legais preconizados nesta legislação. Não se pretende fazer uma retrospectiva histórica do segmento criança e adolescente na sociedade, mas buscar subsídios para compreender as potencialidades desta legislação na efetivação da cidadania destes sujeitos sociais.

No entanto, pode-se fazer uma breve contextualização da história da criança e do adolescente no século XX, tendo em vista o tratamento dado a essa questão no Brasil. Inicialmente as políticas sociais que o Estado foi criando para este segmento desenvolviam-se através de práticas repressivas, através de internamentos em institutos correcionais. Com o Código de Menores de 1927, apesar de acontecerem alguns avanços, tem-se que a categoria menor passa a ser exclusiva da infância pobre, além de serem vistos a partir uma definição de “menor perigoso”. Somente na década de 1980-1990 que surge a “Era dos Direitos” e se introduziu a questão da cidadania voltada ao público infanto-juvenil (GOHN, 1997, p. 131).

Nesta perspectiva, tem-se que a Constituição Federal de 1988 instaura um processo de democratização do Estado, implicando em uma redefinição das políticas públicas e representando significativos avanços no campo dos direitos. Juntamente com o ECA define a doutrina da proteção integral e um novo paradigma no reconhecimento dos direitos referentes ao público infanto-juvenil.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

¹⁵ Independentemente dos termos usados para nomeá-la, a violência contra as crianças está representada em toda ação ou omissão capaz de provocar lesões, danos e transtornos a seu desenvolvimento integral [...] (ASSIS; DESLANDES; SANTOS, 2005, p.44).

¹⁶ [...] Considerado um avanço na garantia dos direitos da população infanto-juvenil, o Estatuto trata, além de outros temas, da prevenção e da repressão à violência, praticada contra crianças e adolescentes, ocorra ela no ambiente intra ou extrafamiliar. Essa Lei não surgiu por uma mera outorga do poder público, mas como fruto da mobilização da sociedade civil, preocupada em modificar a situação desumana em que vive a grande maioria de nossas crianças e adolescentes (MENDONÇA, 2002, p.141).

O Estatuto da Criança e do Adolescente regulamenta o Art. 227 da Constituição Federal e prevê a garantia de prioridade absoluta à infância e à juventude: afirma a primazia de proteção e socorro em qualquer situação, preferência de atendimento nos serviços públicos, na formulação e execução de políticas, além de privilégio na destinação dos recursos públicos para esta área (ECA, Art. 4º).

Com isso, se têm o reconhecimento da criança e do adolescente como pessoas em condições peculiares de desenvolvimento, sendo defendidos através da legislação os seus direitos fundamentais que possibilitem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA, Arts. 3º e 5º).

Para Cavalcanti (2007) o Estatuto da Criança e do Adolescente representa um grande marco no percurso da criança e do adolescente, sendo expressão de uma nova concepção de direitos assegurados ao público infante-juvenil, representa um novo olhar e um novo agir nesse campo que tem como base a doutrina da proteção integral. O ECA apresenta uma nova concepção de criança e adolescente, transformando o olhar historicamente construído em relação a esse segmento, os quais eram vistos e tratados como adultos em miniatura.

O Estatuto da Criança e do Adolescente além de explicitar de maneira muito clara a questão de ser um dever de todos assegurar com absoluta prioridade os direitos fundamentais previstos na legislação, como foi destacado acima no Art. 4º, também faz referência as providências que são necessárias em casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos, no sentido da preservação da liberdade, do respeito e da dignidade da criança e do adolescente enquanto pessoas humanas em processo de desenvolvimento. Para tanto, destacam-se dois Artigos do ECA que prevêm:

Art. 13. “Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais”.

Art. 18. “É dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

O Conselho Tutelar constitui-se como órgão fundamental no que se refere à garantia de proteção dos direitos relativos às crianças e adolescentes, sendo obrigatória sua presença

em todos os municípios. Nesse sentido, a escola¹⁷ configura-se também como um espaço essencial no desenvolvimento de crianças e adolescentes, possibilitando o acesso a educação e contribuindo, muitas vezes, para que suspeitas ou confirmações de violência sejam encaminhadas ao Conselho Tutelar como órgão responsável para a verificação da situação apresentada.

No entanto, não basta apenas a escola fazer sua parte diante da violência que atinge parcela significativa de crianças e adolescentes no Brasil. A questão é abrangente o suficiente para colocar todos os cidadãos em defesa da proteção integral do público infante-juvenil, afinal a denúncia ou a notificação são elementos que contribuem para a redução da violência no contexto do lar, por exemplo, onde muitas vezes ocorre a violação dos direitos e as crianças e os adolescentes são vítimas diariamente de maus-tratos físicos, psicológicos, sexuais ou de negligência familiar.

Kramer (2006) aponta os desafios que a realidade atual coloca para a infância, destacando o desejo de que seus direitos sejam respeitados e a necessidade de educar contra a barbárie¹⁸, afinal as crianças são marcadas por contradições das sociedades em que vivem, sendo obrigadas a viver em uma realidade de violência e exclusão.

Nesse sentido, entende-se que a efetivação do ECA, em um contexto social permeado de desigualdades, apresenta-se como alternativa para uma sociedade mais humana e mais justa. Sendo assim, a efetivação dos direitos das crianças e adolescentes deve ser vista primeiramente a partir da prevenção de situações de violência.

O ECA preconiza em seu título III, a preocupação com a prevenção¹⁹ de violações dos direitos das crianças e adolescentes, referendando ainda o direito “a informação, cultura, lazer, esportes, diversões espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento” (ECA, Art.71).

Deste modo, se tem a necessidade de olhar para as crianças como cidadãos, defendendo o papel da educação e as políticas para a infância como possibilidade de construir um espaço de cidadania, cultura e conhecimento. Além disso, se tem a necessidade de pensar em políticas comprometidas com a infância juntamente com a superação de problemas como a

¹⁷ Art. 55 - Os pais ou responsável têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino (ECA, 1990).

¹⁸ Para a autora, educar contra a barbárie “[...] significa colocar o presente numa situação crítica e compreender que o passado não precisaria ter sido o que foi, o presente pode ser diferente do que é, e o futuro pode mudar a direção que parece inevitável[...]” (KRAMER, 2006, p.95).

¹⁹ Art. 70 - É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente (ECA, 1990).

discriminação, aceitando que somos feitos de pluralidade, aprendendo primeiramente a superar as diferenças que constituem os seres humanos (KRAMER, 2006, p. 100).

Entende-se que a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes compromete o desenvolvimento da sua condição cidadã e que o ECA como a legislação que prevê a proteção integral do público infanto-juvenil configura-se como fundamental no sentido de enfrentamento as diversas formas de violência e violações de direitos que rebatem neste cenário. No entanto, para que este enfrentamento seja possível, e que os direitos previstos em lei possam ser garantidos, faz-se necessário a articulação e a intervenção das diferentes políticas públicas, como por exemplo, das políticas de saúde, assistência social, educação, segurança pública, etc.

A partir deste entendimento, o próximo item irá contextualizar e/ou evidenciar as possibilidades da Política de Assistência Social no enfrentamento de situações de violência, materialização de direitos e construção da cidadania²⁰, considerando que o Estágio Supervisionado em Serviço Social foi realizado em uma instituição que tem como perspectiva o desenvolvimento de ações voltadas ao público infanto-juvenil com vistas na efetivação do ECA, desenvolvendo serviços da Política de Assistência Social.

3.2 A Política de Assistência Social e sua materialização no Centro de Formação Teresa Verzeri

Neste item pretende-se contextualizar a Política de Assistência Social tendo em vista uma melhor compreensão acerca de sua conformação a partir da Constituição Federal de 1988, sua regulamentação pela Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS (1993), a criação da Política Nacional de Assistência Social- PNAS (2004), assim como o Sistema Único de Assistência Social- SUAS (2005).

Nesse sentido, torna-se fundamental destacar o desenvolvimento desta Política no Centro de Formação Teresa Verzeri- São Borja/RS, no que se refere ao desenvolvimento de ações voltadas ao segmento criança e adolescente, assim como no enfrentamento das expressões da questão social e prevenção da (re) produção da violência nesse contexto.

²⁰ Para Bittar (2008) a cidadania é entendida como o acesso a bens fundamentais da vida comum.

Vale ressaltar que a Assistência Social tem um enraizamento histórico na perspectiva da caridade e da ajuda, sendo caracterizada historicamente como uma função da família e da sociedade e não de responsabilidade do Estado. Ou seja, a condição de pobreza, doença ou fragilidade era vista como um problema do indivíduo e não como um problema social.

Com a Constituição Federal de 1988, tem-se uma redefinição da Assistência Social, passando a ser definida como direito social inscrita no âmbito da Seguridade Social, juntamente com as Políticas de Previdência Social e Saúde. A Constituição Federal define no Art. 194 “a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social” (BRASIL, 1988).

A Constituição define no art. 196 a saúde como direito de todos e dever do Estado, sendo também garantido o acesso universal e em condições de igualdade. O art. 201 trata da previdência social como sendo de caráter contributivo e de filiação obrigatória e estabelece nos arts. 203 e 204 uma nova compreensão da Assistência Social como Política Pública de proteção social, que será prestada a quem dela necessitar.

De acordo com o artigo primeiro da LOAS, “a assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas” (LOAS, 1993).

Na sequência da análise acerca da Política de Assistência Social inclui-se a criação, no ano de 2004, da Política Nacional de Assistência Social- PNAS, que tem como perspectiva redesenhar a Política e materializar as diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social- LOAS, assim como, consolidar o Sistema Único de Assistência Social- SUAS²¹ aprovado em julho de 2005 (MDS/SNAS, 2005). A PNAS (2004) rege-se pelos seguintes princípios:

- I – Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- II- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se de qualquer comprovação vexatória de necessidade.

²¹ [...] O Suas está voltado à articulação em todo o território nacional das responsabilidades, vínculos e hierarquia, do sistema de serviços, benefícios e ações de assistência social, de caráter permanente ou eventual, executados e providos por pessoas jurídicas de direito público sob critério de universalidade e de ação em rede hierarquizada e em articulação com iniciativas da sociedade civil (COUTO; YAZBEK; RAICHELIS, 2010, p.38).

- IV – Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais.
V – Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão (BRASIL, 2004, p.32).

Analisa-se a PNAS, a partir de sua defesa e atenção dos interesses e necessidades sociais, particularmente das famílias, seus membros e indivíduos, onde tem como finalidade garantir o atendimento dos mínimos sociais aqueles que necessitarem e à universalização dos direitos sociais (GARCIA, 2011).

Tendo em vista ações direcionadas para proteger os cidadãos contra riscos sociais, discorre-se a seguir sobre as proteções afiançadas pelo SUAS (2005), no que diz respeito a duas modalidades de Proteção Social: a Proteção Social Básica e a Proteção Especial, sendo que a última divide-se em Média e a Alta Complexidade

De acordo com a PNAS (2004), esses serviços de proteção social básica serão executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS²² e em outras unidades básicas e públicas de Assistência Social, bem como, de forma indireta nas entidades, como é o caso do Centro de Formação Teresa Verzeri, e organizações de assistência social da área de abrangência dos CRAS, visando “prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários” (MDS/SNAS, 2005, p.33).

Os serviços de Proteção Especial requerem atendimento individual e maior flexibilidade nas ações protetivas, sendo “destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas [...]” (MDS/SNAS, 2005, p.33). Destaca-se ainda que os serviços de Proteção Especial de Média Complexidade são oferecidos a famílias e indivíduos quando seus direitos são violados e os serviços de Alta Complexidade quando além dos direitos terem sido violados, os vínculos familiares foram rompidos (GARCIA, 2011).

Na sequência deste estudo pretende-se analisar a Política Pública de Assistência Social através da possibilidade que ela apresenta no que tange ao amparo e proteção de crianças e adolescentes, focalizando a Proteção Social Básica desenvolvida no Centro de Formação

²² O Centro de Referência de Assistência Social- CRAS “caracteriza-se por serviços continuados, para atendimento à criança, família, pessoas idosas e jovens, por meio de ações diferenciadas, de forma a garantir a participação da comunidade e a convivência familiar” (SIMÕES, 2007, p.287).

Teresa Verzeri- CFTV no município de São Borja, sendo que esta análise parte da realização do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório em Serviço Social I e II nesta instituição.

Nesta perspectiva, destaca-se que o CFTV constitui-se como uma instituição religiosa, de caráter filantrópico, que desenvolve a Política de Assistência Social²³. A instituição realiza o atendimento de cento e sessenta e nove (169) crianças e adolescentes de cinco a dezesseis anos de idade (05-16) no turno inverso a escola e desenvolve um trabalho de cunho sócio educativo²⁴ voltado para redução e prevenção de situações de vulnerabilidades sociais e pessoais enfrentadas por esses sujeitos.

O Centro de Formação Teresa Verzeri contribui efetivamente para que crianças, adolescentes e suas famílias possam despertar potencialidades, construindo valores e conhecimentos que irão contribuir para o pleno exercício da autonomia e cidadania. Sendo que a instituição oferece ainda a oportunidade de uma formação pedagógica, cultural e social visando atender as mais variadas necessidades que compõem a vida desses sujeitos (GARCIA, 2011).

A Proteção Social Básica caracteriza-se como preventiva diante de situações de riscos sociais, sendo que as ações sócio-assistenciais desta proteção estão voltadas as famílias, seus membros e sujeitos cujos direitos não foram violados. Nesse sentido, destaca-se que o CFTV desenvolve serviços de Proteção Básica de Assistência Social buscando o protagonismo de crianças e adolescentes através da oferta de um conjunto de oficinas e atividades que valorizam a convivência e a socialização entre os educandos.

Destaca-se que os benefícios que compõem a Proteção Social Básica (Benefício de Prestação Continuada e os Benefícios Eventuais) não são ofertados no CFTV, sendo oferecidos de forma direta nos CRAS. Deste modo, a instituição realiza encaminhamentos em casos que se verifica a necessidade das famílias em relação a algum desses benefícios, tendo em vista que seu trabalho tem como foco central a priorização de um atendimento de qualidade para as crianças e adolescentes que permanecem no turno inverso a escola na instituição, prevenindo inclusive situações de violência.

A prevenção ocorre a partir das ações desenvolvidas no CFTV, pois se não estivessem neste espaço poderiam estar mais vulneráveis a várias situações de risco, seja na rua, na casa

²³ De acordo com o Art. 3º da Lei Orgânica da Assistência Social (Lei Federal nº 8.742/ 1993) “Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou coletivamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de seus direitos” (Redação dada pela Lei nº 12.435, de 2011).

²⁴ Conforme o Art. 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)- “As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, assim como pelo planejamento e execução de programa de proteção e sócioeducativos destinados a crianças e adolescentes” (ECA, 1990).

de vizinhos ou em seus próprios lares. No entanto, estando na instituição às crianças e os adolescentes realizam atividades pedagógicas, físicas e culturais, além de terem o atendimento de uma equipe qualificada e comprometida com o pleno desenvolvimento desses sujeitos.

A instituição, nesta perspectiva de prevenção, preza pela disciplina, respeito e cooperação das crianças e adolescentes em todas as atividades, favorecendo a convivência e as relações que eles estabelecem em outros âmbitos, seja na escola ou na família, onde são fortalecidos os vínculos. Verifica-se, portanto, a possibilidade da garantia dos direitos relativos ao público infanto-juvenil, através das ações desenvolvidas no CFTV, onde se tem a materialização da Proteção Social Básica prevista na Política Pública de Assistência Social.

Assim, enfatiza-se que o CFTV realiza dentro daquilo que se propõe, - tendo em vista a missão da instituição, seus valores e objetivos- a busca constante de estratégias e parcerias para garantir a proteção desses sujeitos, a fim de que eles sejam fortalecidos neste espaço. Para tanto, torna-se importante destacar o papel fundamental que o Serviço Social realiza na gestão social da instituição, primando pela materialização de políticas de direito em que o sujeito possa se constituir como sujeito de sua própria história e se constituir como cidadão atuante no contexto social.

O próximo capítulo irá tratar do Estágio Supervisionado em Serviço Social no CFTV, trazendo aspectos importantes acerca do trabalho desenvolvido por essa instituição, visto que se configura em um espaço privilegiado de atuação do Serviço Social. Por fim, será abordado o Projeto de Intervenção desenvolvido a partir do Estágio II, assim como a importância deste momento na construção de conhecimento para formação profissional.

4 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE FORMAÇÃO TERESA VERZERI DO MUNICÍPIO DE SÃO BORJA

O presente capítulo versa sobre o Estágio I e II em Serviço Social realizado no Centro de Formação Teresa Verzeri no período de agosto de 2010 a julho de 2011, o qual consistiu em um momento importante de aprendizado, de aquisição de conhecimento e de exercício das competências profissionais técnico-operativas, teórico-metodológicas e ético-políticas, processos estes que resultaram especialmente da aproximação do estagiário com os processos de trabalho desenvolvidos pelo profissional Assistente Social, sendo deste modo, uma experiência indispensável no processo de formação profissional.

O Item 4.1 destaca uma contextualização do CFTV a fim de proporcionar um melhor entendimento acerca da instituição, trazendo aspectos de sua trajetória histórica e elementos que auxiliam na compreensão dos objetivos das ações que são desenvolvidas, tendo como foco central a perspectiva de realizar um trabalho voltado para prevenção de várias situações que possam colocar em risco as crianças e adolescentes atendidas na instituição, priorizando o pleno desenvolvimento desses sujeitos.

No Item 4.2 enfatiza-se o Serviço Social na instituição a partir de sua inserção no ano de 2000, assim como as mudanças que foram acontecendo gradativamente no CFTV com a visão de gestão social instaurada e com o desenvolvimento de um processo de trabalho voltado para o enfrentamento das diversas expressões da questão social presentes neste contexto. Deste modo, verificam-se as possibilidades do trabalho do Assistente Social no contexto institucional para a efetivação dos direitos relativos às crianças e adolescentes.

Por fim, o Item 4.3 trata do processo de Estágio em Serviço Social no CFTV, onde destaca as atividades que foram desenvolvidas no Estágio I e o quanto isso contribuiu para a identificação do objeto de intervenção abordado no Estágio II. Destaca-se o aprendizado fundamental obtido a partir da inserção profissional no CFTV, especialmente a partir do desenvolvimento do Projeto de Intervenção, onde foi possível fazer a articulação teórico-prática imprescindível no processo de atuação profissional como Assistente Social.

4.1 O trabalho do Centro de Formação Teresa Verzeri

O capítulo anterior destacou alguns aspectos importantes sobre o Centro de Formação Teresa Verzeri, enfatizando a materialização de políticas de direito nesta instituição. A seguir destacam-se aspectos mais gerais acerca da instituição, evidenciando-se alguns elementos considerados importantes para conhecê-la e analisá-la, tendo em vista a análise que será realizada na sequência deste trabalho, acerca do processo de estágio em Serviço Social, assim como do desenvolvimento do Projeto Interventivo neste espaço.

Inicialmente destaca-se que o Centro de Formação Teresa Verzeri tem como objetivo acolher e educar para cidadania crianças, adolescentes e suas famílias. Dessa forma, suas ações têm como perspectiva fazer com que os sujeitos atendidos na instituição tornem-se cidadãos conscientes de seus direitos e deveres na sociedade.

De acordo com o Projeto Pedagógico Social-PPS (2007-2010), que se constitui o eixo norteador e dinamizador das práticas pedagógicas da instituição, a Congregação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus foi fundada em 1831, na Itália, pelo Monsenhor Giuseppe Benaglio e por Teresa Eustochio Verzeri, com o objetivo de servir aos necessitados. Sempre tendo em vista uma educação preventiva, Teresa Verzeri destacou-se como sabia educadora e seus princípios gerais na Arte de Educar fundamentam até hoje a prática pedagógica dos colégios da Instituição Verzeri.

Através da ajuda aos necessitados, realizando um importante trabalho na educação e na saúde, a Congregação das Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus se difunde pelo mundo. No Brasil, a fundação da congregação iniciou-se com uma pequena escola paroquial em Três de Maio, no Rio Grande de Sul, no ano de 1930. O início do trabalho das Irmãs foi na área da saúde e da educação, sendo que posteriormente ampliaram o atendimento nos lares para meninas, asilos e projetos em todo estado do Rio Grande do Sul (PPS, 2007-2010).

Em São Borja, o Centro de Formação Teresa Verzeri foi fundado em 1936²⁵, pela Madre Maria Antônia Perine, na Escola Sagrado Coração de Jesus. Na época de sua criação em 1936 até o ano de 1986 a instituição denominava-se Lar da Menina Sagrado Coração de Jesus e tinha como objetivo atender sob regime de internato, meninas pobres, desprovidas de convivência familiar.

Segundo o PPS (2007-2010), a partir do ano de 1987, em função de mudanças organizacionais, o atendimento passou a ser feito no turno inverso à escola e não mais sob regime de internato. Devido ao reordenamento das ações e atendendo aos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, somente no ano de 2000 que a instituição passa a

²⁵ Este também foi o ano de criação da primeira escola de Serviço Social no Brasil (PUC- São Paulo).

atender crianças e adolescentes de ambos os sexos e passa a denominar-se Centro de Formação Teresa Verzeri.

Diante disso, constata-se que houve, ao longo dos anos, mudanças nos objetivos da instituição, não apenas pela questão das legislações que surgiram, mas também pelas mudanças ocorridas na dinâmica da sociedade. Levando em consideração todo o contexto social, a instituição adapta-se a realidade e as necessidades da população e com um caráter mais abrangente ela passa a contribuir significativamente para igualdade de direitos e inclusão social (GARCIA, 2011).

De acordo com Regimento (2009) do CFTV, a Associação de Literatura e Beneficência, tida como Entidade Mantenedora²⁶ do Centro de Formação Teresa Verzeri, foi fundada em 1932 e tem como associadas às Irmãs Filhas do Sagrado Coração de Jesus. Caracteriza-se com uma Entidade filantrópica, sem fins econômicos, de caráter beneficente, educativo e cultural. Ela é responsável pela administração, direção e manutenção de uma rede de estabelecimentos na área da saúde, educação e de assistência social.

O CFTV, conforme está previsto em seu Regimento (2009), é composto por uma diretoria constituída pela diretora, tesoureira e secretária, sendo um órgão executivo de coordenação, planejamento e fiscalização das atividades. O mandato para equipe diretora é de um ano e ela é nomeada pela Entidade Mantenedora. A diretoria também coordena o Núcleo Bio-Psico-Pedagógico-Social que é constituído por uma equipe interdisciplinar nas áreas da psicologia, pedagogia, serviço social e nutrição.

Destaca-se, nesse ponto, a importância da instituição ser constituída por uma equipe interdisciplinar, onde todos os serviços atuam de forma integrada, obedecendo às peculiaridades e/ou as particularidades de cada função. Sem dúvida, essa interação entre os profissionais torna-se fundamental para realização de um trabalho que planejado em equipe e comprometido com a missão da instituição contribua diretamente para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, possibilitando, de certo modo, a transformação da realidade desses sujeitos.

As atividades do CFTV desenvolvem-se através de oficinas que tem o intuito de fazer com que os educandos contemplem algumas habilidades específicas. Tendo noções básicas para formação de valores, fundamentando suas ideias, ouvindo e falando em momentos

²⁶ Destaca-se que o CFTV mantém uma relação direta com a Entidade Mantenedora. Além de serem enviados mensalmente dados atualizados através do Sistema de Informação Gerencial – SIG, encaminham-se também o planejamento estratégico, relatórios anuais, previsão orçamentária, planilhas de custo, projetos de investimentos, sendo também realizadas reuniões para prestação de contas e planejamento das atividades.

adequados, respeitando a opinião dos outros e tendo uma postura crítica, além disso, com certeza as oficinas acabam contemplando muitos outros aspectos da vida dos educandos, contribuindo especialmente para que fiquem informados de seus direitos enquanto cidadãos.

Atualmente as oficinas ofertadas pelo CFTV dividem-se em: apoio pedagógico, recreação, brinquedos, espiritualidade, brincarte, educação ambiental, dança, artes, linhas, ginástica olímpica, ginástica rítmica, dança gaúcha, coral, jogos, informática lúdica e inclusão digital. Vale ressaltar que as oficinas são planejadas semestralmente e que são organizadas conforme as idades dos educandos em cada turma, diferenciando-se da escola, na qual os alunos são organizados de acordo com séries.

Diante disso, verifica-se que o CFTV corresponde, em suas ações, ao preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente /ECA (Lei Federal nº 8.069/1990) onde destaca no Art. 58 que “no processo educacional serão respeitados os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura”. Através das oficinas e das atividades realizadas pelas crianças e adolescentes no CFTV, onde se realizam ações de cunho sócio-educativo, respeitam-se os valores individuais, possibilitando um processo de criatividade e participação.

No que diz respeito aos deveres dos pais ou responsáveis pelos educandos da instituição, o Regimento (2009) deixa claro que é essencial o seu acompanhamento e o incentivo em todo o processo formativo. Sem dúvida, esses aspectos são fundamentais para que as crianças e adolescentes tenham responsabilidade e motivação em todas as atividades realizadas no CFTV. Outro aspecto importante referente aos responsáveis pelos educandos, que se constitui como uma das condições para que as crianças e adolescentes continuem sendo atendidas na instituição, consiste na participação das reuniões promovidas pelo CFTV.

Evidencia-se que as reuniões são realizadas mensalmente e fazem com que haja um envolvimento da família nas atividades. Num mês é realizada a reunião cultural, que é organizada pelos educadores juntamente com os educandos que realizam apresentações demonstrando atividades que eles aprendem no tempo em que estão na instituição. No outro mês é realizada a reunião formativa, com o intuito de trazer algum palestrante que possa estar contribuindo em um processo de aprendizagem e formação que deve atingir toda a família.

Deste modo, reiteram-se mais uma vez a importância da relação direta que a instituição mantém com a Entidade Mantenedora, o que demonstra compromisso e responsabilidade com os serviços prestados, assim como do papel fundamental do grupo de profissionais que compõe a equipe interdisciplinar do CFTV e também das várias oficinas que são ofertadas pela instituição, planejadas para atender de maneira muito ampla as

necessidades e aspirações que fazem parte da realidade dos educandos. Sem dúvida, esses aspectos demonstram o porquê se faz a defesa neste TFG do trabalho desenvolvido nesta instituição, pois a partir do acompanhamento das atividades e de aproximação com a equipe e educandos se teve a comprovação da efetividade e da qualidade do trabalho voltado para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes atendidas no CFTV.

A seguir será abordado o Serviço Social no CFTV, assim como sua contribuição enquanto profissão, para que a instituição reorganizasse seus serviços com vistas no desenvolvimento de um trabalho voltado para proporcionar, neste espaço, a efetivação dos direitos relativos às crianças e adolescentes, preconizando o proposto no ECA e viabilizando a Assistência Social na instituição.

4.2 O Serviço Social no Centro de Formação Teresa Verzeri

Após discorrer sobre o Centro de Formação Teresa Verzeri como sendo um espaço privilegiado de atuação do Serviço Social, busca-se destacar como se desenvolve o trabalho do Assistente Social e ainda quais são os seus objetivos na instituição, tendo como perspectiva o Projeto Ético-Político²⁷ profissional.

Para tanto, faz-se necessário destacar que no ano de 2000 o CFTV reordena suas ações, especialmente pela chegada do Serviço Social na instituição. De acordo com Plano do Serviço Social (2010) tem-se que a instituição ainda denominava-se Lar da Menina Sagrado Coração de Jesus e atendia somente quarenta (40) meninas no turno inverso ao escolar. Em atenção ao Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) esse atendimento passou a ser feito para crianças e adolescentes de ambos os sexos, dobrando o número de educandos atendidos na instituição.

A partir daí muitas mudanças ocorrem no contexto institucional e desde já o Serviço Social passa a imprimir sua importância no planejamento estratégico da instituição, sendo responsável pelo plano de ação para as oficinas, implantando o modelo das fichas

²⁷ Netto (1999) caracteriza o projeto profissional como: “[...] uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas etc[...]” (NETTO, 1999, p.07). Além do Código de Ética Profissional (1993), destacam-se ainda como elementos constitutivos que materializam o projeto profissional do Serviço Social, a Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996).

socioeconômicas para inserção dos educandos e passando a realizar as visitas domiciliares que anteriormente eram realizadas pelas irmãs e educadoras.

Além disso, outras alterações foram realizadas pelo Serviço Social na instituição ainda no ano de 2000, conforme descreve o Plano de Serviço Social (2010) ocorreu à profissionalização do quadro de colaboradores internos. Contratou-se nutricionista, pedagogos e psicólogos, profissionais que sem dúvida são fundamentais para que a instituição possa desempenhar um trabalho de qualidade, passando a ter um olhar de gestão social. Nessa perspectiva enfatiza-se que a partir daí o Assistente Social passa a desenvolver sua intervenção profissional na instituição em forma de processo, juntamente com os outros profissionais da instituição, constituindo a equipe interdisciplinar do CFTV.

O Serviço Social tem onze (11) anos na instituição e conta atualmente com duas (2) profissionais Assistentes Sociais, sendo que uma delas ocupa, desde 2003, o cargo de diretora, responsável pela gestão social do CFTV. A outra profissional Assistente Social, a qual terá seu processo de trabalho analisado na sequência deste trabalho, desenvolve seu trabalho na execução da Política de Assistência Social, desenvolvendo continuamente atividades voltadas para a busca de parcerias, fontes de recursos para viabilizar novos projetos sociais e assessoramento técnico na elaboração de orçamentos, registros, encaminhamentos, planos e projetos²⁸ relativos ao Serviço Social.

De maneira geral, o Serviço Social “tem como objetivo desenvolver o trabalho social no CFTV através da promoção humana, do exercício da cidadania e do compromisso emancipatório” (REGIMENTO DO CFTV, 2009, p.08). Dessa forma, tem-se que o Serviço Social na instituição se desenvolve a partir de suas particularidades, especialmente na busca por captação de recursos, visando operacionalizar suas ações através do compromisso claro de proporcionar aos sujeitos a garantia de acesso a seus direitos. A partir daí firma seu compromisso no sentido da emancipação política dos sujeitos sociais e busca a plena efetivação do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA (Lei Federal nº 8.069).

O processo de trabalho desenvolvido pela profissional de Serviço Social na instituição assume uma identidade profissional fundamental na realidade em que atua, assumindo compromisso ético-político diante das expressões de desigualdades que se apresentam no contexto institucional. Tendo em vista os elementos que compõem o processo de trabalho do Assistente Social, tem-se que:

²⁸ Conforme o Art. 5º, Inciso II da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/9-1993), constitui-se como atribuições privativas do Assistente Social: “Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social” (COLETÂNEA DE LEIS, p. 13, 2005).

[...] todo processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre o objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim, que resulta em um produto [...] (IAMAMOTO, 2005, p.61).

Diante disso, pode-se dizer que a realidade social e o objeto de atuação profissional na qual o Assistente Social atua na instituição são situações de vulnerabilidade social e pessoal vivenciadas por crianças, adolescentes e suas famílias, que apresentam como expressões da questão social com maior visibilidade, a fragilidade de vínculos familiares, a baixa renda, a baixa escolaridade, a precarização no trabalho, o desemprego e tantas outras questões que decorrem a partir dessas e se constituem em matéria-prima do trabalho do Assistente Social no CFTV.

Ressalta-se ainda que todas essas expressões da questão social vivenciadas pelas famílias constituem-se enquanto limitadores para o acesso de crianças e adolescentes aos seus direitos. Muitas dessas, nem uma alimentação adequada têm garantida, quem dirá, acesso a cultura, lazer, entre outros direitos, respeitadas a sua condição peculiar de sujeitos em crescimento e desenvolvimento. Nesse sentido, o CFTV caracteriza-se como uma instituição fundamental no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social,

Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade (IAMAMOTO, 2007, p.28).

Para tanto, torna-se fundamental destacar que as expressões da questão social abordadas acima são resultantes da contradição entre capital e trabalho, sendo que os diversos problemas sociais nos quais o Assistente Social atua, decorrem dessa relação de dominação e exploração. Nessa sociedade onde muitas vezes os direitos são negados, os sujeitos desrespeitados e a questão social não vista como uma questão de política se faz urgente a atuação de Assistentes Sociais comprometidos na busca por cidadania, inclusão e justiça social.

No que diz respeito aos instrumentos e técnicas utilizadas pela profissional Assistente Social do CFTV, tem-se que ela também é responsável por fazer entrevistas²⁹, organizar reuniões formativas³⁰, realizar visitas domiciliares³¹, acompanhar e orientar crianças, adolescentes e famílias, fazer encaminhamentos ao conselho tutelar por meio de pareceres técnicos³², além de tantos outros instrumentos que são empregados no cotidiano de trabalho do profissional.

Destaca-se, deste modo, que o Serviço Social desenvolve um trabalho importante na parte relacionada à gestão da instituição, de acordo com o Plano de Serviço Social (2010) do CFTV, o profissional busca constantemente alternativas inovadoras e fontes de recursos para viabilizar novos projetos sociais, sendo responsável também por avaliar e coordenar a aplicação de orçamentos, assim como, supervisionar os recursos em projetos sociais.

Com base nestas informações, destaca-se aqui um dos principais desafios encontrados pela gestão da instituição, ou seja, a necessidade de um volume maior de recursos que possibilite de forma perene a manutenção dos serviços voltados ao atendimento de crianças, adolescentes e suas famílias. Tendo em vista esta conjuntura, destaca-se que atualmente a maior parte dos serviços prestados destina-se para as crianças e adolescentes, sendo reduzidas as ações como foco na família e articulação com outros serviços da rede socioassistencial que trabalhem a matricialidade sócio-familiar.

Assim, entende-se que o comprometimento do profissional no Assistente Social no CFTV pode ser percebido nos diferentes processos de trabalho por ele desenvolvido ou nos quais o mesmo está inserido, evidenciando sua compreensão no que diz respeito às competências profissionais fundamentais ao exercício da profissão: competência ético-política, competência teórico-metodológica e competência técnico-operativa.

Ter domínio da dimensão teórico-metodológica implica ter conhecimento suficiente para poder interpretar a realidade social e agir sobre ela, nesse contexto é importante também que o profissional tenha capacitação técnico-operativa para definir estratégias de consolidação do projeto profissional. Junto a isso, torna-se essencial destacar a importância do Assistente

²⁹ De acordo com Sousa (2008) “A entrevista nada mais é do que um diálogo, um processo de comunicação direta entre o Assistente Social e um usuário (entrevista individual), ou mais de um (entrevista grupal)” (2008, p. 126).

³⁰ [...] São encontros grupais, que tem como objetivo estabelecer alguma espécie de reflexão sobre determinado tema. Mas, sobretudo, uma reunião tem como objetivo a tomada e uma decisão sobre algum assunto (SOUSA, 2008, p. 127).

³¹ Sousa (2008, p.128) diz que a visita domiciliar “[...] tem como principal objetivo conhecer as condições e modos de vida da população usuária em sua realidade cotidiana [...]”.

³² De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Federal nº 8.662/9-1993), constitui-se como atribuição privativa do Assistente Social, conforme o Art.5º “IV- realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social” (COLETÂNEA DE LEIS, p.13, 2005).

Social buscar uma capacitação continuada, na perspectiva da competência ético-política, firmando seu compromisso com a direção social de sua prática e com os serviços prestados aos sujeitos sociais (SOUSA, 2008).

Na prática cotidiana de trabalho do Assistente Social se faz necessário um profissional capacitado não apenas para executar políticas públicas, mas para intervir de maneira crítica e criativa diante da realidade que se apresenta em seu campo de atuação profissional tendo “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (COLETÂNEA DE LEIS, 2005, p.21).

Percebe-se, diante disso, que o objetivo do Serviço Social no CFTV está em sintonia com o projeto ético-político que atualmente defende o exercício da profissão e está comprometido com a defesa intransigente dos direitos humanos previsto no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993), assim como, com o reconhecimento da liberdade como valor ético central e com a busca constante por justiça social.

A análise do Serviço Social no CFTV contribuiu para pensar a potencialidade da profissão no que diz respeito especialmente à garantia de direitos referente público infanto-juvenil e o quanto o profissional Assistente Social tem a contribuir, a partir de sua inserção em uma equipe de trabalho interdisciplinar, no conhecimento/enfrentamento das várias expressões da questão social.

Assim, o próximo item irá destacar o desenvolvimento do estágio I e II em Serviço Social no CFTV e a execução do Projeto de Intervenção neste espaço, tendo em vista a possibilidade que este momento final da graduação proporcionou no sentido de desenvolvimento, aperfeiçoamento e exercício das competências teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas da profissão.

4.3 O processo de estágio em Serviço Social e o desenvolvimento prático do Projeto de Intervenção “Fortalecendo os valores de convivência como forma de prevenção às relações de violência entre os educandos da turma Quero-Quero”

O Estágio Supervisionado em Serviço Social realizado no Centro de Formação Teresa Verzeri/CFTV- São Borja no período de agosto de 2010 a julho de 2011 proporcionou momentos importantes de aprendizado e uma experiência teórico-prática fundamental para a

formação profissional. Utilizou-se nesse processo de Estágio o método dialético-crítico³³ para melhor analisar e compreender a totalidade da realidade a partir do desvendamento de suas contradições, tendo em vista sua contextualização histórica e sua constante transformação.

Destaca-se que o Estágio Supervisionado como atividade obrigatória do currículo de Serviço Social conforme as Diretrizes Curriculares (1996) objetiva capacitar o aluno para o trabalho profissional, pressupondo supervisão sistemática. Para tanto, o estágio tem ainda como referência a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei Federal nº 8.662/9 de 1993) e o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993). Para Buriolla:

[...] o estágio prático é essencial à formação do aluno de Serviço Social, enquanto lhe propicia um momento específico de sua aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, uma visão crítica da dinâmica das relações existentes no campo institucional, apoiados na Supervisão enquanto processo dinâmico e criativo, tendo em vista possibilitar a elaboração de novos conhecimentos (BURIOLLA, 2006, p. 17).

Para realizar uma reflexão crítica acerca do Estágio em Serviço Social realizado no CFTV faz-se necessário discorrer sobre alguns elementos necessários para a compreensão desse momento como essencial na construção de conhecimento, assim como, das intervenções realizadas a partir do Estágio Supervisionado com ênfase na experiência obtida através do Projeto de Intervenção realizado junto a crianças e adolescentes do CFTV.

A seguir será mencionado brevemente o primeiro contato com o espaço sócio-ocupacional e logo após direciona-se para o segundo momento de Estágio, dando ênfase para a análise do processo interventivo na instituição. Tem-se que a partir do Estágio Supervisionado I realizado no CFTV, foi possível conhecer a instituição e identificar o objeto de intervenção. Já no Estágio II ocorreu a execução do Projeto de Intervenção com vinte e oito crianças e adolescentes de dez (10) a treze (13) anos de idade da turma Quero-Quero³⁴.

Através de observações nas oficinas ofertadas às crianças e adolescentes durante o tempo que eles permanecem no CFTV, da participação nas reuniões para pais e responsáveis pelos educandos atendidos na instituição e de observações no espaço institucional como um

³³ “[...] é o método dialético que permite apreender o processo de constituição da realidade social na sua totalidade e é essa perspectiva que tem contribuído para os avanços na produção de conhecimento na área de Serviço Social, pois desenvolve uma atitude investigativa atenta as demandas próprias do real” (BOURGUIGNON, 2008, P.311).

³⁴ Como forma de diferenciar-se da escola, onde os alunos são divididos conforme séries, o CFTV nomeia as turmas com nome de pássaros.

todo, foi possível identificar as principais demandas que se apresentavam ao Serviço Social no Estágio I.

Pode-se dizer basicamente que nesse primeiro momento foi fundamental fazer a leitura dos documentos da instituição (Regimento, Projeto Social, Plano do Serviço Social etc), pois proporcionaram um conhecimento a respeito de sua trajetória histórica, dos serviços prestados, dos recursos institucionais, assim como o conhecimento dos objetivos e das finalidades do CFTV e respectivamente do Serviço Social.

De modo geral, o que contribuiu também nesse processo de conhecimento da instituição foi a análise realizada a partir das fichas socioeconômicas de todos os educandos, sendo possível a partir da análise atenta dos dados e da síntese construída a partir de gráficos estatísticos, identificar o perfil do usuário da instituição. Buscou-se evidenciar quem são eles, onde moram, onde estudam, como são suas condições de moradia e renda, assim como outros aspectos importantes em relação aos educandos e a suas famílias, buscando entendê-los a partir da totalidade de suas vidas.

Destaca-se neste momento, que o Estágio II não se deu apenas pelo desenvolvimento do Projeto de Intervenção no CFTV, mas por outros momentos que contribuíram na construção dessa etapa de formação profissional. Esses momentos se deram através de uma maior aproximação com o espaço sócio-ocupacional de um modo geral, participando das reuniões com a equipe e de eventos organizados pela instituição para a obtenção de recursos (colônia de férias, colonial solidário e risoto italiano).

Foi possível contribuir também na elaboração do Projeto para concorrer ao prêmio Itaú/Unicef, caracterizando-se em um trabalho realizado em conjunto com colegas estagiárias de Serviço Social e a Assistente Social da instituição. Outro trabalho realizado em conjunto com as colegas estagiárias de Serviço Social foi o desenvolvimento da oficina Debate Jovem³⁵ com a turma Águias, caracterizando-se por um espaço importante de reflexão e troca de ideias entre as estagiárias de Serviço Social e os educandos do CFTV.

Considerando que durante o tempo em que os educandos permanecem na instituição eles participam de outros momentos que não apenas a participação nas oficinas, no Estágio II fiquei responsável pela realização semanal, juntamente com uma colega de Estágio, pelo momento da Espiritualização uma vez na semana, sendo este um espaço de reflexão e oração oportunizado aos educandos antes de iniciar as atividades nas respectivas oficinas.

³⁵ As oficinas constituíram-se em espaços que possibilitaram aos jovens o acesso a informações sobre diversos assuntos que despertavam seus interesses, instigando-os para a reflexão do cotidiano social que os rodeia e contribuindo para despertar uma consciência crítica nos mesmos.

Torna-se importante salientar que através das características acerca do perfil da população usuária dos serviços prestados pelo CFTV, obtidas ainda no estágio I, buscou-se o desvendamento das expressões da questão social com mais visibilidade nesse contexto social e, a partir disso, identificar o objeto de intervenção para o Estágio II. Portanto, pode-se dizer a partir da análise realizada das fichas socioeconômicas e de todo o processo de Estágio I, que as demandas que se apresentam para a instituição são situações de vulnerabilidade social e pessoal vivenciadas por crianças, adolescentes e suas famílias, que apresentam um vasto campo de fragilidades.

Com vistas nesta realidade e por perceber que alguns dos educandos reproduziam de certo modo atitudes de violência na instituição, buscou-se intervir nessa questão. A violência, entendida a partir da percepção que se trata de uma das mais variadas expressões da questão social presentes na sociedade, logo, objeto de estudo do Serviço Social, além de atingir crianças e adolescentes de maneira alarmante nos dias atuais, se expressa visivelmente no comportamento que alguns desses sujeitos expressam na instituição, por meio de brigas que envolvem agressões verbais, pontapés, empurrões, tapas etc.

A partir disso, no segundo momento do Estágio realizado no CFTV, frente às possibilidades de intervenção do Serviço Social nesse espaço, optou-se por dar continuidade na oficina denominada “Cultura de Paz³⁶” que já existia na instituição, sendo apenas ajustada, a fim de contemplar as necessidades dos educandos para os quais ela seria destinada. Destaca-se que as oficinas são espaços de aprendizado, de escuta e principalmente de participação, sendo a partir daí um espaço propício de reflexão e sensibilização dos sujeitos.

Considerando que a instituição realiza o atendimento de crianças e adolescentes no turno inverso a escola e desenvolve um trabalho de cunho sócio-educativo voltado para redução e prevenção de situações de vulnerabilidades sociais enfrentadas por esses sujeitos, desenvolveu-se o Projeto de Intervenção com a finalidade de contribuir com essas ações tendo como perspectiva a busca pela construção da cidadania inerente a uma questão de direito.

Nesse sentido, buscou-se dar mais visibilidade para o comportamento violento apresentado por parte significativa das crianças e adolescentes que são atendidos na instituição, facilmente verificado no vocabulário que alguns deles estabelecem, agredindo-se verbalmente e também batendo uns nos outros, como se isso fosse alternativa para solucionar algum conflito. Para tanto, faz-se fundamental destacar que as relações de violência

³⁶ A oficina “Cultura de Paz” era ministrada semanalmente em 2010 no CFTV por uma estagiária de Serviço Social e buscava junto aos educandos “refletir sobre atitudes e comportamentos que estão instituídos na sociedade contemporânea e analisar com criticidade o que precisa o ser modificado para termos uma sociedade comprometida com os valores da Cultura de Paz” (PLANO DA OFICINA CULTURA DE PAZ, 2010, p. 01).

estabelecidas por eles afetam a convivência e fazem com que a violência seja banalizada, reproduzida e em tantos casos trazendo maiores consequências para vida desses sujeitos.

Entende-se que num primeiro momento, o que contribuiu na escolha pelo Projeto de Intervenção a ser desenvolvido, também foi a intenção de reforçar a atuação do Assistente Social na instituição, pois seus objetivos estiveram intimamente ligados aos princípios inerentes a profissão de Serviço Social. Para Oliveira (2007):

O assistente social é um profissional que intervém na realidade social, por seu processo de trabalho há a perspectiva da construção de um projeto societário que se contrapõe ao do neoliberalismo. Para tanto, ele é movido pelo projeto ético político da profissão, que, a partir de nosso olhar, tem uma interface significativa com a cultura da paz e não violência (OLIVEIRA, 2007, p.35).

Diante disso, o Projeto de Intervenção “Fortalecendo os valores de convivência como forma de prevenção às relações de violência entre os educandos da turma Quero-Quero”, desenvolvido no Estágio II em Serviço Social no CFTV, atendeu semanalmente através da oficina Cultura de Paz, durante dezoito (18) encontros, os vinte e oito (28) educandos da turma Quero- Quero.

Com o objetivo de sensibilizar os educandos do Centro de Formação Teresa Verzeri sobre a importância e necessidade de enfrentar as atitudes de desrespeito e violência, a fim de criar um ambiente de convívio mais harmonioso e de respeito aos direitos humanos, trabalhou-se na perspectiva de construir junto aos educandos momentos de participação e envolvimento com as atividades propostas na oficina (GARCIA, 2011).

Salienta-se nesse momento, a importância fundamental da questão ética durante todo o processo de realização do Estágio e desenvolvimento do Projeto de Intervenção, sendo resguardados os sujeitos participantes, com sigilo de seus dados, assim como, respeito pelas situações vivenciadas por eles. Obedecendo ao Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (1993) que prevê no Art. 16 a questão do sigilo profissional “O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional” (COLETÂNEA DE LEIS, 2005, p.27).

A metodologia adotada para o desenvolvimento do Projeto de Intervenção segue as orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente facultando-lhes atividades que permitam e facilitem seu desenvolvimento digno e a efetivação de seus direitos, assim como, visam o fortalecimento de valores de convivência como respeito, amizade e solidariedade e também o

estímulo a reflexão e sensibilização para mudanças de atitudes, com ações de prevenção às circunstâncias que possam colocar os educandos em situação de risco social.

Destaca-se a utilização do diário de campo como sendo um subsídio importante para o processo de execução do respectivo Projeto, contribuindo especialmente no processo de monitoramento das atividades desenvolvidas. Através de anotações das experiências no diário de campo³⁷ foi possível reunir ideias e detectar dificuldades e possibilidades a partir do desenvolvimento do mesmo. Além disso, o diário de campo proporcionou reflexões críticas de todas as ações desenvolvidas em torno do Projeto e possibilitou avaliações contínuas de todo o processo de execução, detectando problemas e encontrando alternativas de enfrentamento para as questões que surgiam.

Assim sendo, a aplicação do Projeto se deu a partir dos encontros semanais com a turma Quero-Quero e foi dividido em três etapas específicas. A primeira etapa foi desenvolvida através dos quatro primeiros encontros e sua finalidade foi “Identificar as relações e a convivência estabelecida entre os educandos da turma Quero-Quero”. O objetivo constitui-se em identificar os educandos, a convivência na turma e as relações com os colegas, assim como a relação estabelecida pelos educandos com suas famílias. Assim, nos primeiros momentos priorizou-se o uso de dinâmicas de grupo³⁸, o desenvolvimento da escrita e a escuta dos educandos.

Através das dinâmicas percebeu-se que havia um reconhecimento por parte dos educandos da necessidade de rever comportamento e atitudes em relação aos colegas. A partir de suas falas foi identificada a falta de respeito, de compreensão, da existência de bullying e violência em suas relações com os colegas, além de tantas outras características que confirmaram a necessidade da intervenção na turma Quero-Quero por meio do Projeto. Também foi proposto aos educandos, nesta mesma perspectiva, que eles refletissem sobre a importância de tornar a convivência melhor, com respeito, união e amizade.

A segunda etapa do Projeto foi voltada para “Reconhecer o objeto: a violência, a violência contra a Criança e o Adolescente e Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA”. Nesse momento, destaca-se que foram abordados os temas acerca da violência, com vistas na mudança do comportamento violento, especialmente a violência verbal manifestada por

³⁷ Sousa (2008, p.130) considera importante a utilização do diário de campo porque “na medida em que vai refletindo sobre o processo, pode perceber onde houve avanços, recuos, melhoria na qualidade dos serviços, aperfeiçoamento nas intervenções realizadas- além de ser um instrumento bastante interessante para a realização de futuras pesquisas.”

³⁸ Sousa (2008) destaca a dinâmica de grupo como um recurso que pode ser utilizado pelo Assistente Social em vários momentos de sua intervenção, desde que esteja em consonância com as finalidades do profissional e que permita uma reflexão aos membros do grupo acerca da temática definida.

alguns dos educandos da turma Quero-Quero. Com o objetivo de sensibilizar os educandos, trabalharam-se as mais variadas expressões de violência de maneira criativa, com utilização de conversas expositivas, dinâmicas de grupo, textos reflexivos, mensagens formativas e relatos de experiência vivenciada pelo grupo.

Buscou-se tratar sobre violência a partir de slides com conceitos breves acerca da questão, relacionando com artigos do ECA que possibilitassem o entendimento de que qualquer ocorrência de violência contra o público infanto-juvenil estaria indo contrariamente ao que preconiza a legislação que prevê a proteção integral desses sujeitos.

Art. 4º -É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
Art. 5º -Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Destaca-se a significativa participação dos educandos nos encontros que trataram dessa questão, especialmente pelo uso de vídeos que tratavam sobre o ECA, com uma linguagem simples para facilitar o entendimento, instigando-os a refletir criticamente sobre o que está posto na lei e o que eles vivenciam na realidade. Em outros momentos, o uso de imagens para contribuir na identificação dos vários tipos de violência contra a criança e o adolescente também foram muito favoráveis porque possibilitaram despertar a atenção de todos para a temática em questão.

A finalização do Projeto ocorreu em sua terceira etapa que tinha como objetivo “Fortalecer os valores de convivência com os educandos da turma Quero-Quero”. As temáticas, nessa etapa, foram voltadas para tratar da importância da paz, do respeito às diferenças, da amizade, da cooperação, da solidariedade etc. A finalidade foi proporcionar aos educandos a apreensão desses valores e a utilização em suas vivências.

Buscou-se, através de dinâmicas, pensar na realidade de violência instaurada no mundo hoje, com vistas na reflexão sobre ações que podem ser tomadas para contribuir na mudança desse contexto, a fim de firmar compromissos enquanto grupo na busca pela paz. Com isso, pretendeu-se não apenas pensar sobre as ações, mas também pensar em quais os

resultados são almejados a partir das ações dos sujeitos rumo à não-violência e a uma sociedade melhor.

O monitoramento junto à turma Quero-Quero na qual foi desenvolvido o Projeto de Intervenção realizado semanalmente ocorreu em dois (02) momentos principais, além das observações constantes ao longo do desenvolvimento da oficina. Aproximadamente na metade do total de encontros realizou-se uma avaliação junto aos educandos que compõem a turma e outro no último dia da oficina.

A avaliação foi realizada individualmente de maneira escrita, ou seja, todos os educandos participantes do processo puderam expor suas opiniões acerca do trabalho desenvolvido na oficina. Na primeira oficina dedicada a essa atividade, foram realizadas perguntas relacionadas aos temas trabalhados até o momento para verificação da apreensão por parte dos educandos desses assuntos e também com vistas em um redirecionamento das atividades caso elas não estivessem correspondendo aos objetivos propostos.

Na última oficina junto aos educandos da turma Quero-Quero essa avaliação foi realizada de maneira mais aberta, com perguntas mais gerais a respeito das apreensões que os educandos tiveram ao longo do desenvolvimento do Projeto de Intervenção. Dessa forma, buscou-se identificar a contribuição da oficina Cultura de Paz em suas vivências na turma, na instituição e em suas casas.

Através da oficina semanal com a turma Quero-Quero e das atividades propostas por ela foi possível proporcionar momentos de reflexão junto aos educandos, chamando a atenção para valores que constituem uma convivência mais saudável entre eles, como menos agressividade e mais respeito. Considera-se que a oficina constitui-se também em uma ação que colaborou no processo educacional das crianças e adolescentes, pois

Educar para a paz pressupõe a educação a partir de - e para - determinados valores, a justiça, a cooperação, a solidariedade, o compromisso, a autonomia pessoal e coletiva, o respeito, ao mesmo tempo em que questiona os valores contrários a uma cultura de paz, como a discriminação, a intolerância, o etnocentrismo, a obediência cega, a indiferença e a ausência de solidariedade, o conformismo. (JARES, p.45, 2007).

Considera-se que a partir da apreensão desses valores referidos acima, os educandos se constituirão em cidadãos mais conscientes, indo ao encontro do que se objetiva na oficina “Cultura de Paz”, que visa à difusão do comportamento não-violento para construção de novas relações de paz. Para tanto, pontua-se que apesar do pouco tempo de execução do

Projeto o que se pretendeu a partir dessa intervenção foi contribuir com o trabalho que atualmente é desenvolvido no CFTV.

Quanto ao desenvolvimento do Projeto de Intervenção em si, destaca-se que foram feitas modificações em seu planejamento sempre que necessário, pois considerando as particularidades da turma, de ser extensa e bastante agitada, constituída basicamente por educandos que estavam passando pela transição da infância para a adolescência, tornou-se necessário alguns ajustes ao longo do processo interventivo a fim de melhorar as ações.

Priorizou-se em todos os encontros, a partir do desenvolvimento do Projeto a participação ativa dos sujeitos envolvidos, seja através da escrita ou de suas falas, procurando com base nessa participação um envolvimento com os assuntos trazidos, interação e socialização entre os educandos, além de possibilitar o exercício e o fortalecimento da cidadania.

Diante disso, tem-se que além do objetivo mais geral do Projeto de Intervenção baseado na busca pela prevenção de várias situações que poderiam prejudicar o desenvolvimento digno dos educandos, buscou-se o esclarecimento de algumas questões fundamentais que colaboraram no seu processo emancipatório e seu reconhecimento enquanto sujeito de direito. As ações buscadas através da oficina Cultura de Paz também contribuíram para a reflexão acerca das vivências do cotidiano dos educandos e o quanto nossas atitudes diárias de respeito e tolerância podem contribuir rumo a um caminho de paz.

Para tanto, enfatiza-se que ao longo desse processo também foram encontradas algumas dificuldades, mas que conforme foram surgindo se buscou alternativas de enfrentamento, a fim de evitar que de algum modo pudessem interferir na concretização do objetivo central do Estágio que se caracterizou em construir conhecimento para qualificar a formação em Serviço Social.

Assim, tem-se que todo o processo de Estágio no CFTV proporcionou o desenvolvimento, aperfeiçoamento e exercício das competências profissionais teórico-metodológicas, técnico-operativas e ético-políticas da profissão. A articulação dessas competências possibilitou o processo de (re) conhecimento e intervenção sobre as expressões da questão social presentes no contexto institucional, além de direcionar as ações na perspectiva de se ter uma postura profissional comprometida com o projeto ético-político da profissão, tendo em vista um projeto de sociedade com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Trabalho Final de Graduação procurou evidenciar a contribuição do trabalho desenvolvido pelos profissionais do Centro de Formação Teresa Verzeri (CFTV) do município de São Borja na prevenção e enfrentamento da violência. Para isso, fez-se necessário inicialmente refletir sobre o fenômeno da violência na sociedade atual, tendo em vista as várias causas que contribuem para sua ocorrência e banalização. Tem-se que mesmo considerando que a temática da violência venha sendo amplamente debatida, não se esgotam as possibilidades de estudos para sua melhor compreensão e intervenção.

A violência que invade o convívio social causa medo, insegurança e tensão social na vida das pessoas de todas as classes sociais, porém não pode ser descontextualizada das transformações societárias que repercutem na sociedade brasileira, ou seja, para analisar as diversas expressões de violência necessita-se levar em conta o momento histórico, a cultura e o contexto social onde elas ocorrem.

Diante disso, percebe-se a complexidade e a importância desse tema, especialmente ao reconhecer suas mais variadas formas de manifestação na sociedade, afetando de maneira alarmante as relações sociais como um todo. As expressões de uma sociedade essencialmente desigual contribuem para a reprodução da violência estrutural, possibilitando da mesma forma a produção e reprodução da violência interpessoal.

Assim, para enfrentar o problema da violência faz-se necessário compreender os vários fatores que contribuem para sua reprodução na sociedade. Para redução de sua ocorrência, especialmente daquela que vitimiza e/ou que se manifesta no cotidiano de crianças e adolescentes deve-se ter a prevenção como perspectiva orientadora de ações neste âmbito. O estágio profissionalizante realizado no CFTV oportunizou a reflexão crítica acerca das possibilidades de desenvolver ações com crianças e adolescentes tendo em vista a prevenção da violência, despertando-os para valores de respeito e solidariedade.

O trabalho desenvolvido no CFTV o caracteriza como um espaço de prevenção a violência, e guardadas as suas limitações, garante a proteção das crianças e adolescentes atendidos na instituição e tem como perspectiva o enfrentamento de várias situações que possam impedir o pleno desenvolvimento desses sujeitos. Nesse sentido, efetivam-se neste espaço os direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, mesmo considerando que esta Lei não tem por si só o poder de mudar a realidade, entretanto tem-se que sua

aplicação no CFTV possibilita a consolidação da cidadania dos sujeitos que são atendidos neste espaço.

O Assistente Social, por sua vez, imprime como profissional interventivo, a função fundamental na garantia da proteção ao público infante-juvenil, visto que sua atuação em qualquer espaço exige competência, conhecimento e compromisso com o projeto ético-político que norteia a profissão. Deste modo, o Serviço Social no CFTV, sintoniza-se com a defesa intransigente dos direitos, com vistas na inclusão social desses sujeitos.

Portanto, tem-se que o Estágio em Serviço Social no CFTV possibilitou o reconhecimento de que o Assistente Social, inserido em espaços concretos de ação, por tudo que preconiza seu projeto ético-político, precisa trabalhar na perspectiva de transformação da realidade, desenvolvendo capacidades de resistência nos usuários, direcionando suas ações na luta contra injustiças e desigualdades e assim concretizando direitos de cidadania.

Constata-se, porém, que a profissão enfrenta desafios que ainda precisam ser superados para que suas perspectivas de transformação da realidade possam ser efetivadas. A afirmação da identidade profissional do Assistente Social passa pela necessidade de uma formação continuada, que permita ao Assistente Social apreender o movimento da realidade a partir da sua totalidade, buscando estratégias de enfrentamento das diversas expressões da questão social a partir da reflexão crítica de sua atuação profissional.

O processo de Estágio no CFTV permitiu que surgissem muitas inquietações acerca da realidade social e da atuação profissional do Assistente Social, especialmente pela articulação teórica e prática que foi desenvolvida neste período, despertando para a importância e necessidade da qualificação profissional contínua.

Nesse sentido, a vivência proporcionada através do desenvolvimento do Projeto de Intervenção constituiu-se em um momento enriquecedor nesta etapa de formação, sem dúvida isso se deve ao acolhimento tido na instituição e as trocas realizadas com colegas, supervisores e professores. Destaca-se ainda, a importância deste trabalho enquanto processo de síntese da formação acadêmica, pois ofereceu subsídios importantes para um crescimento pessoal, no sentido de superação e contribuições para a posterior vida profissional como Assistente Social.

Referências:

ABRAMOVAY, Mirian (Coord.). **Gangues, Gênero e Juventude: Donas de Rocha e Sujeitos Cabulosos**. Brasília: SDH/ SNPDC, 2010.

ADORNO, Sérgio. **Exclusão socioeconômica e violência urbana**. In: Revista Sociologias. Ano 4, nº 8. Porto Alegre: jul./dez. de 2002. p. 84-135.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Transformações econômicas e sociais no Brasil dos anos 1990 e seu impacto no âmbito da família. In: LEAL, Maria Cristina; MATOS, Maurílio Castro de; SALES, Ione Apolinario. **Política Social, Família e Juventude- uma questão de direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

ALVES, Lynn Rosalina Gama. **Game over: jogos eletrônicos e violência**. Salvador: UFBA, 2004.

ASSIS, Simone Gonçalves de; DESLANDES, Suely Ferreira; SANTOS, Nilton César dos. Violência envolvendo crianças no Brasil: um plural estruturado e estruturante. In: BRASIL. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros**. Brasília/ DF: Ministério da Saúde, 2005.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane (Orgs.). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BARBOSA, Gabriella Ferrarese. **Formas de prevenir a violência sexual contra a criança na escola- um olhar da psicanálise e da saúde pública**. Rio de Janeiro: Universidade Veiga de Almeida, 2008.

BAZÍLIO, Luiz Cavaliere; KRAMER, Sonia. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BITTAR, Eduardo C. B. **Violência e realidade brasileira: civilização ou barbárie?** In: Revista Katálysis. p. 214-224 v.11. nº 2. Florianópolis: UFSC, jul./dez. de 2008.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A centralidade ocupada pelos sujeitos que participação das pesquisas do Serviço Social**. In: Revista Textos & Contextos. Porto Alegre, 2008.
BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 22 de jun. de 2011.

_____. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente- ECA.**

_____. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome- Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: junho de 2011.

_____. **Impacto da violência na saúde dos brasileiros.** Brasília/ DF: Ministério da Saúde, 2005.

_____. **4º Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil- 2010.** Disponível em: <<http://www.nevusp.org/downloads/down248.pdf>>. Acesso em: 25 de outubro de 2011.

_____. **Síntese de Indicadores Sociais**– Uma análise das condições de vida da população brasileira 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/homofobia/planoigbt.pdf>>. Acesso em: 14 de nov. de 2011.

BRASÍLIA, 1998. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>. Acesso em nov. de 2011.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O Estágio Supervisionado.** São Paulo: Cortez, 2006.

CAVALCANTI, Alberes de Siqueira. O ECA como novo paradigma dos direitos de crianças e adolescentes. In: **Curso Semente de Girassol.** São Luís: CDMP, 2007.

COUTO, Berenice Rojas; YAZBEK, Maria Carmelita; RAICHELIS, Raquel. A Política Nacional de Assistência Social e o Suas: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento.** São Paulo: Cortez, 2010.

COLETÂNEA DE LEIS. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.** Porto Alegre: CRESS, 2005.

_____. Lei Federal nº 8.662/9, de 07 de junho de 1993. **Lei de Regulamentação da Profissão.**

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos humanos e cidadania.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

GARCIA, Charlene Cardozo. **Análise Institucional do Centro de Formação Teresa Verzeri.** São Borja: 2010.

_____. Charlene Cardozo. **Projeto de Intervenção.** São Borja: 2011.

_____. **Projeto de Intervenção desenvolvido no Centro de Formação Teresa Verzeri:** Fortalecendo os valores de convivência como forma de prevenção às relações de violência entre os educandos da turma Quero-Quero. São Borja: 2011.

GOHN, Maria da Glória. **OS SEM-TERRA, ONGS E CIDADANIA:** a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e desnacionalização.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GROSSI, Patricia Krieger; SANTOS, Andréia Mendes dos. In: Revista Virtual Textos & Contextos, v.6, nº 2, ano VI, p. 443-454, jul./dez. 2007. **Infância comprada:** hábitos de consumo na sociedade contemporânea. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/2327/3257>>. Acesso em: nov. de 2011.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JARES, Xesús R. **Educar para a paz em tempos difíceis.** Tradução de Elizabete de Moraes Santana. São Paulo: Palas Athena, 2007.

FERREIRA, Kátia Maria. Violência doméstica/intrafamiliar contra crianças e adolescentes-nossa realidade. In: SILVA, Lygia Maria Pereira da. **Violência doméstica contra crianças e o adolescentes.** Recife: EDUPE, 2002.

FRAGA, Cristina Kologeski. Problematizando a categoria Violência no ensino de Serviço Social. In: GOERCK, Caroline et al. **Múltiplas Faces da Questão Social: o objeto de trabalho do Assistente Social**. Porto Alegre: Faith, 2009.

KRAMER, Sonia. Infância, cultura contemporânea e educação contra a barbárie. In: BASÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. **Infância, Educação e Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2006.

MENDONÇA, Valeria Nepomuceno Teles de. O mau-trato infantil e o Estatuto da Criança e do Adolescente: os caminhos da prevenção, da proteção e da responsabilização. In: SILVA, Lygia Maria Pereira (Org.). **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002.

NEGRÃO, Telia; PRÁ, Jussara Reis. Dossiê- **Violência de gênero contra meninas**.

Disponível em:

<<http://www.redesaude.org.br/Homepage/Dossi%EAAs/Dossi%EA%20Viol%EAncia%20de%20G%EAnero%20Contra%20Meninas.pdf>> ou <[www.redesaude.org.br/.../Dossiês/ ...-](http://www.redesaude.org.br/.../Dossiês/...-)>. Acesso em: 17 de setembro de 2011.

ODALIA, Nilo. **O que é violência?** São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Simone Barros de. **Desenvolvimento Sustentável e Cultura de Paz no meio escolar: desafios para o Serviço Social**. Porto Alegre: PUCRS, março de 2007.

PEDERSEN, Jaina Raqueli. **Abuso Sexual Intrafamiliar: do silêncio ao seu enfrentamento**. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

ROCHA, Simone Rocha da. **Possibilidades e limites no enfrentamento da vulnerabilidade social juvenil: a experiência do Programa Agente Jovem em Porto Alegre**. Porto Alegre: PUCRS, 2007.

SALAZAR, Silvia Neves. **A centralidade da categoria trabalho na contemporaneidade**.

Disponível em:

<http://www.maxwell.lambda.ele.pucrio.br/13786/13786.PDFXXvmi=ZV0rlrUELR7LhvpNQsQSRzfdpu6J8B18w2BTuwzhpG4Hctv4XmWQmc5MIbwRMx0kBCf69OnzurhIWNNVbLNzZSmH4TARsBd4dsanzWN1evZ3kUf6IO5CbNG6ozz0MDefOCwnAkpORpSdl8j5XpHaeogDXPELts1iuzH5U7UMwO0SXkXWKG705oD3fhOJbQ2HpJNkRJ8px9ivthsfXBf30T7gcW0oN36eNTAFEI5cRoJmHdDFPTJPNR61O7pDawS>. Acesso em: dez. 2011.

SANTOS, Janete Cardoso dos. **Violência na escola: um estudo sobre conflitos**. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

SÃO BORJA. **Regimento do Centro de Formação Teresa Verzeri**. 2009.

_____. **Projeto Pedagógico Social – PPS**. 2007-2010.

SCHILLING, Flávia. **Um olhar sobre a violência da perspectiva dos direitos humanos: a questão da vítima**. In: Revista IMESC, nº 2, 2000, p.59-65. Disponível em: <<http://www.imesc.sp.gov.br/pdf/art4rev2.pdf>>. Acesso em: 12 de outubro de 2011.

SILVA, Lygia Maria Pereira (Org.). **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: EDUPE, 2002.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, Charles Toniolo. **A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional**. Disponível em: <http://www.uepg.br/emancipacao>>. Acesso em: 12 out. 2010.

WIEVIORKA, Michel. **O novo paradigma da violência**. In: Revista de Sociologia da USP, Tempo Social, v. 9, n.1. São Paulo: USP, maio de 1997.